

AGR EM FOCO

ANO IV Nº 013 | JANEIRO 2026



NOVA LEI DA AGR FORTALECE A REGULAÇÃO EM GOIÁS

Página 9

Hórus: a nova era da fiscalização do transporte

Página 13

Emissão de Certidão Negativa da AGR já está no Portal Expresso

Página 28

Entrevista: Como se deu a construção da nova lei da AGR

Página 50

Interação: AGR celebra superávit histórico e revolução tecnológica

Regulação econômica | Transporte intermunicipal | Saneamento básico | Energia elétrica | Bens desestatizados

Apresentação

Neste número, a revista AGR em FOCO traz em destaque a sanção, em dezembro de 2025, do novo marco legal da Agência, a Lei nº 23.988/2025, que atualiza, amplia e consolida as competências da AGR, fortalecendo a regulação dos serviços públicos no estado de Goiás. O assunto tem artigo do presidente e entrevista com o chefe de Gabinete da Presidência, Breno Pereira da Silva, que conduziu os trabalhos de revisão da lei da AGR de 1.999.

A publicação traz, ainda, resultados da força-tarefa de saneamento básico integrada por diversos órgãos estaduais, incluindo a equipe da AGR, para um levantamento das condições do abastecimento de água e esgotamento sanitário em municípios com atendimento feito diretamente pelas prefeituras.

Inovações na fiscalização do transporte de passageiros, na emissão de certidões negativas direto do portal Expresso ou a simplificação da abertura de processos e envio de documentos para usuários e prestadores por protocolo digital da AGR também são destaques nesta edição.

Uma conquista importante da Agência em 2025, no Programa de Compliance Público do Governo de Goiás, em que obteve selos Diamante nos prêmios Goiás Mais Transparente, Ética e Responsabilidade e Ouvidoria Pública; e selo Ouro no Prêmio Governança, está entre as principais notícias da AGR em FOCO.

Para esta edição, entrevistamos para a coluna Talentos na Diversidade o gerente de Apoio Administrativo Gustavo Esteves Kossa, que falou de importantes aspectos de seus interesses pelo serviço público e pela música.

Boa leitura!

AGR em Notas

Reconhecimento

A conselheira Natália Maria Briceño Spadoni foi homenageada no dia 28 de outubro, na Câmara Municipal de Goiânia, durante sessão solene em celebração às Mulheres que Constroem a Justiça. A homenagem, proposta pelo vereador Rodrigo Rizzo, em parceria com a Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ-GO), reconheceu mulheres que se destacam na atuação jurídica e social, promovendo o protagonismo feminino nas instituições públicas e jurídicas. A AGR parabeniza a conselheira Natália Spadoni pela homenagem e celebra sua contribuição ao avanço da Justiça e da representatividade feminina em Goiás.

MBA

O gerente de Apoio Administrativo da AGR, Gustavo Esteves Kossa, foi selecionado para o MBA em Políticas Públicas, da Escola de Governo, em parceria com a Secretaria da Administração (Sead). A formação é exclusiva para servidores estaduais e tem por objetivo fortalecer a gestão pública e aprimorar as políticas governamentais em Goiás. Para Gustavo, o curso é uma oportunidade de unir teoria e prática em favor da eficiência dos serviços públicos. “É um reconhecimento do que venho aprendendo desde que entrei no serviço público, em 2010, e quero aplicar esse conhecimento aqui, trazendo inovação e melhoria nos processos da AGR”, disse.

OAB

A Ordem dos Advogados do Brasil Seção Goiás (OAB-GO) empossou, em outubro, o advogado Thiago Nepomuceno Carvalho, assessor especial da Presidência da AGR, como vice-presidente do interior da Comissão Especial de Direito de Energia para o biênio 2025 – 2027. A cerimônia foi conduzida pela secretária-adjunta da OAB-GO, Thaís Sena de Castro, na sede da Seccional em Goiânia. A criação da vice-presidência voltada ao interior busca ampliar a presença da Comissão nas várias regiões, fortalecendo o diálogo sobre temas jurídicos e regulatórios ligados ao setor elétrico. A AGR parabeniza o advogado Thiago Nepomuceno pela nomeação e deseja êxito na nova função, contribuindo para o avanço técnico e jurídico do setor de energia em Goiás.

Expediente

Governo de Goiás

Governador do Estado de Goiás - Ronaldo Caiado

Vice-governador do Estado de Goiás - Daniel Elias Carvalho Vilela

Secretário de Estado de Administração - Alan Farias Tavares

Agência Goiana de Regulação (AGR)

Presidente do Conselho Regulador - Wagner Oliveira Gomes

Conselheiros - Natália Maria Briceño Spadoni, Paulo Tiago Toledo Carvalho e Maria Silvia de Lima Hatschbach

Conselho Editorial (Portaria AGR 282/2023 - AGR)

Carmen Cruz, Alessandra Francisca dos Santos, Andrea Bonanato Estrela, Breno Pereira da Silva, Hugo de Assis Furtado, Daniela Garcia Fleury e Thiago Nepomuceno Carvalho

Coordenação de Comunicação

Jornalista responsável: Carmen Cruz (RP 1.092/06/89/DF)

Jornalista: Michael Deus

Publicitário: Danilo J. França Araújo

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica: Maria Clara Auad Grandsire

Colaboração: Eduardo Henrique da Cunha (Diretoria de Regulação e Fiscalização), Andrea Bonanato (Diretoria de Gestão Integrada), Francisco Vieira de Macedo (Ouvidoria Setorial), Hugo de Assis Furtado (Coordenação de Programas Institucionais), Patrícia Cáceres (Saneamento Básico), Luciana Dutra Martins (Tecnologia da Informação), Jorge Pereira da Silva (Energia), Rafael Barbosa de Carvalho (Regulação Econômica), Idelma Rodrigues (Finanças), Delano Pacheco (Transportes), Allan Palmer (Contabilidade), Daniela Fleury (Secretaria-Geral), Breno Pereira da Silva (Chefia de Gabinete), Gustavo Esteves Kossa (Apoio Administrativo) e Gabriella Queiroz (Bens Desestatizados).

Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR

Av. Goiás, nº 305, Edifício Visconde de Mauá - Setor Central Goiânia (GO).

CEP: 74.005-010

Telefone: (62) 3226 6593 | www.goias.gov.br/agr



Siga a AGR
nas redes

SUMÁRIO

4	Lei da AGR fortalece a regulação em Goiás
5	Colegiado julgou 478 processos de outubro a dezembro de 2025
6	AGR e Amae firmam convênio para regulação conjunta do saneamento na Microrregião Oeste
8	A AGR em comunicação direta com o cidadão goiano
9	Hórus, a nova era da fiscalização do transporte
10	AGR e FCR alinham cronograma de reforma do edifício-sede
11	AGR acompanha entrega de novos ônibus pela Expresso União
12	AGR alerta usuário a evitar o transporte clandestino
13	Emissão de Certidão Negativa da AGR já está no Portal Expresso
14	AGR contribuiu para manutenção da qualidade da informação contábil e fiscal em Goiás
15	AGR abre 1º Ciclo Metrobus de mobilidade urbana
16	Agências goianas apresentam modelo de regulação compartilhada no Congresso da Abar
18	Apresentação de trabalhos técnicos
20	Diálogos
23	AGR conquista selos Diamante e Ouro no Programa de Compliance Público do Governo de Goiás
24	Modelos de delegação de serviços públicos
25	AGR participa de inauguração de tratamento secundário da ETE Dr. Hélio Seixo de Brito
26	Protocolo Digital da AGR simplifica abertura de processos e envio de documentos para cidadãos e empresas
27	Rede TransformaGOV realiza Oficina de Integração Canvas de problemas e desafios

28	Entrevista: A construção do novo marco legal da AGR
30	A força-tarefa de saneamento: o impacto da regulação compartilhada na gestão direta em Goiás
32	Encontro das Corregedorias do Estado de Goiás Resíduos sólidos
33	AGR na inauguração do terminal metropolitano em Senador Canedo Campus Party 2025 Educação Previdenciária
34	Cúpula Goiás Estação de Tratamento de Água (ETA) de Anápolis
35	Mapeamento estadual de demanda de energia Confraternização do Goiás Social
36	Boas-vindas aos Jovens Aprendizes Fiscalização em Buriti Alegre
37	AGR recebe secretária de Projetos Especiais da Alego Biblioteca da Escola de Governo
38	Entrega de distintivos a fiscais do transporte Combate ao transporte clandestino
39	Gerência de Bens Desestatizados vistoria Hospital Cora Campanha Natal Solidário
40	Aquisições para 2026 Planejamento estratégico
41	AGR realiza palestra sobre transgressões disciplinares
42	Sipat da AGR promove conversas sobre segurança, respeito e saúde
45	Colaboradores da AGR participam de Jogos dos Servidores Estaduais de Goiás
46	Entre acordes e processos: como a cultura e o estudo moldam a vocação de servir
48	AGR na Mídia
49	AGR conclui inventário patrimonial dentro do prazo
50	AGR celebra superávit histórico e revolução tecnológica

Lei da AGR fortalece a regulação em Goiás

A sanção da nova lei da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR), em 30 de dezembro de 2025, representa um marco histórico para a regulação no estado de Goiás. Este avanço foi possível graças a um amplo trabalho colaborativo que contou com a participação fundamental das várias unidades da autarquia e de diversos órgãos do governo estadual, incluindo a Secretaria de Estado da Administração (Sead), Secretaria de Estado da Infraestrutura (Seinfra), Secretaria de Estado da Economia, Secretaria-Geral de Governo (SGG) e Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Semad).

Após 26 anos de vigência da Lei nº 13.569/1999, que criou a AGR, a atualização normativa moderniza o marco legal e fortalece a capacidade da Agência em buscar o equilíbrio dos sistemas regulados, de forma a garantir serviços públicos mais eficientes, transparentes e alinhados às demandas da sociedade goiana. A lei antiga, embora pioneira em seu tempo, já não refletia a complexidade dos atuais modelos de prestação de serviços públicos, que evoluíram com a introdução de novas formas de parceria, como as Parcerias Público-Privadas (PPPs), e a crescente integração entre setores público e privado.

A legislação atualizada amplia e consolida as competências da AGR na regulação, no controle e na fiscalização de serviços públicos prestados sob os regimes de concessão, permissão, autorização e parcerias público-privadas. O texto reforça que a responsabilidade pelos investimentos necessários à qualidade, à regularidade e à expansão dos serviços permanece com as empresas prestadoras, conforme previsto nos contratos firmados com o poder público.

Um dos avanços mais significativos é a consolidação de instrumentos que ampliam a transparência e a participação da sociedade no processo decisório. Agora, decisões que impactam direitos de usuários, de empresas ou do Estado poderão ser objeto de tomada de subsídios, além das já consolidadas consultas ou audiências públicas, assegurando que a voz dos cidadãos seja ainda mais ouvida.

Outro destaque é o fortalecimento da mediação administrativa de conflitos. A nova lei confere à AGR competência para resolver disputas entre usuários e prestadores de serviços de forma ágil e definitiva, com aplicação de sanções quando necessário. Isso reduz a judicialização de demandas e garante maior segurança jurídica para todas as partes envolvidas. Além disso, a abordagem moderna de fiscalização prioriza a correção de falhas por meio de termos de compromisso, sem renunciar à aplicação proporcional de penalidades em casos de infrações graves.

A estrutura organizacional da AGR também foi aprimorada, com definições claras sobre as atribuições do Conselho Regulador, das diretorias e das gerências. Essa reorganização garante maior eficiência na regulação e fiscalização, além de disciplinar o financiamento das atividades da Agência por meio da Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (TRCF), assegurando recursos para o exercício das atividades regulatórias, de controle e fiscalização, com regras claras de arrecadação, transparência e controle, respeitando os contratos e a legislação específica de cada serviço.

Por fim, a nova lei reforça o papel estratégico da AGR tendo em vista o interesse público, exercendo a regulação das empresas prestadoras para que cumpram seus contratos e invistam na qualidade, regularidade e expansão dos serviços. Essa previsão é essencial para garantir que a população goiana tenha acesso a serviços essenciais com padrões elevados de excelência.

Queremos agradecer à Assembleia Legislativa pela aprovação da matéria e ao governador Ronaldo Caiado pelo apoio e sensibilidade e pela sanção da lei. Com ela, Goiás dá um passo decisivo para estabelecer um ambiente regulatório robusto, transparente e sintonizado com as necessidades do século XXI. A AGR está mais preparada do que nunca para cumprir sua missão: garantir o equilíbrio entre os interesses do Estado, dos prestadores de serviços e dos usuários, quando o assunto for serviços regulados.

Wagner Oliveira Gomes

Presidente da Agência Goiana de Regulação (AGR)

“A nova lei reforça o papel estratégico da AGR tendo em vista o interesse público”

Colegiado julgou 478 processos de outubro a dezembro de 2025

Entre os destaques, estão autorizações de novas empresas para atendimento de linhas do transporte intermunicipal em todo o estado

A Agência Goiana de Regulação (AGR), por meio do Conselho Regulador, apreciou e julgou, no último trimestre de 2025, 478 processos, em sete sessões ordinárias e uma sessão extraordinária. Dentre as resoluções normativas aprovadas, nove trataram de outorgas de autorizações para o serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros no estado. No decorrer de 2025, foram 25 sessões ordinárias e 10 extraordinárias, totalizando 1.658 processos julgados, sendo 80,64% deles dentro da meta de 45 dias.

Na última sessão ordinária, o Conselho aprovou a Nota Técnica nº 36/2025 que estabelece as referências tarifárias do Sistema Integrado de Transporte da Rede Metropolitana (RMTC) para o exercício de 2026, que passou a vigorar em 1º de janeiro. A análise considerou a previsão legal e contratual dos reajustes anuais, conforme a Lei Complementar nº 169/2021 e os termos aditivos do contrato de concessão do sistema metropolitano.

De acordo com a Gerência de Regulação Econômica da AGR, o reajuste aprovado tem variação de 2,51% e se refere à tarifa de remuneração do sistema, instrumento técnico utilizado para assegurar a sustentabilidade econômico-financeira da operação e o cumprimento das obrigações contratuais pelas concessionárias. Essa tarifa de remuneração não se confunde com a tarifa pública. O valor pago pelo usuário permanece fixado em R\$ 4,30.

Outra Nota Técnica aprovada foi a de nº 34/2025, que tratou do estudo da tarifa de água e esgotos da empresa Águas de Ipameri, com base no contrato de concessão celebrado entre o município e as empresas e no convênio entre a AGR e o município. O conselho autorizou o reajuste, com a aplicação do índice de 5,17% sobre a tarifa de água e esgotos no município.

Também foram alteradas as regras para as operações no transporte intermunicipal de passageiros com a aprovação da Resolução Normativa 320/2025, que alterou a RN 040/2015, a RN 105, de 2017, e a RN 219 de 2023, trazendo facilitadores para o atendimento de linhas de transporte intermunicipal. Dentre as mudanças, está a redução do tempo de experiências que passa a ser de no mínimo dois anos para a comprovação da qualificação técnica-operacional da empresa, possibilidade de registro de

veículos arrendados ou de terceiros e admissão de veículos com até 15 anos de fabricação registrados na AGR.

O programa Sanear da Saneamento de Goiás S/A (Saneago) também foi objeto de Nota Técnica Conjunta da AGR, com a AR de Goiânia, a Amae de Rio Verde e a ARM de Anápolis, a de nº 8/2025, que foi aprovada pelo conselho. O Sanear, prorrogado até 31 de dezembro, estabeleceu condições diferenciadas para quitação ou negociação de débitos tarifários de usuários até maio de 2025.

O colegiado também aprovou a atualização dos valores das tarifas sobre os serviços prestados pela AGR, a exemplo de alterações de horários de viagens, ajustes de itinerários, alteração de seções por linha, implementação de novos serviços e outros, revogando a Resolução Normativa 270, de 2024.

A RN 313, aprovada em outubro, dispõe sobre a outorga de autorização para o serviço de transporte intermunicipal pela empresa Viação Ouro Preto Ltda, para explorar linhas entre Anápolis e Inhumas, via Nerópolis. Já a RN 314, de novembro, dispõe sobre a outorga de autorização para a Nova Evolução Transportes Ltda operar as linhas entre São Domingos e Campos Belos, via Povoado Prata. A outorga de autorização para a Real Expresso Ltda para operar as linhas entre Goiânia e Campos Belos, via Anápolis e Alexânia, também foi aprovada e resultou na RN 315/2025.

Aprovada ainda a RN 316 que dispõe sobre a outorga de autorização para a empresa Expresso JK Transportes Ltda explorar a linha entre Goiânia e Caldas Novas, passando pela BR-153 e Morrinhos. A RN 317 trata da outorga de autorização para a empresa Fly Transportes Ltda explorar a linha entre Goiânia e Damolândia, via Inhumas; enquanto a RN 318 dispõe sobre a autorização para a mesma empresa explorar a linha que liga Rubiataba a São Patrício.

A empresa Viação Ouro Preto também obteve autorização para explorar a linha Anápolis a Silvânia, passando por Gameleira de Goiás, conforme RN 319, aprovada em novembro. Já a RN 322 trata de outorga de autorização para a empresa Fly Transportes explorar a linha de Uruana a São Patrício, via Carmo do Rio Verde; e a RN 323 dispõe de autorização para a Viação Ouro Preto Ltda explorar a linha de Anápolis a Pirenópolis, via Planalmira.

AGR e Amae firmam convênio para regulação conjunta do saneamento na Microrregião Oeste

Acordo fortalece a cooperação técnica entre as agências e consolida mais uma etapa da regionalização do saneamento em Goiás

A Agência Goiana de Regulação (AGR) e a Agência de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico de Rio Verde (Amae) firmaram, no dia 12 de novembro, o Convênio nº 01/2025, durante solenidade realizada no gabinete do prefeito de Rio Verde, Wellington Carrijo. O convênio estabelece a atuação conjunta entre as duas agências reguladoras para o exercício das atividades de regulação e fiscalização dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios que compõem a Microrregião de Saneamento Básico Oeste. A parceria visa aprimorar a eficiência, o controle, a transparência e a uniformidade na prestação dos serviços à população.

Para o diretor de Regulação e Fiscalização da AGR, Eduardo Henrique da Cunha, a assinatura do convênio representa um grande avanço na uniformidade da regulação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário da microrregião, sendo um case em nível nacional de regulação conjunta entre

uma agência reguladora estadual e uma municipal. “É a soma de esforços das duas agências reguladoras em prol da boa regulação dos serviços”, acrescentou.

De acordo com o assessor especial da Presidência, Thiago Nepomuceno, a celebração desse convênio consolida uma parceria que já existe desde 2022, agora com normas mais claras e competências pré-estabelecidas. “O convênio garante segurança jurídica aos prestadores de serviços, aos órgãos de controle e aos usuários, e é o primeiro do Brasil com estas características, representando um grande avanço em matéria de pacto interfederativo; será um exemplo para o País”, acentuou.

Segundo a gerente de Saneamento Básico, Patrícia Cáceres, o convênio consolida mais um passo na regionalização do saneamento em Goiás e fortalece a cooperação técnica entre as agências. “A atuação conjunta da AGR e da Amae amplia a eficiência regulatória e contribui para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população da Microrregião Oeste”, afirmou.

Fotos: AGR



Prefeito de Rio Verde, Wellington Carrijo, com a cópia do convênio assinado entre a AGR e a Amae para a regulação compartilhada do saneamento na microrregião Oeste



Para o diretor de Regulação da AGR, Eduardo Henrique da Cunha, segundo da esquerda para a direita, convênio é um grande avanço na uniformidade da regulação

A regulação compartilhada

O convênio tem vigência até 2049 e prevê a execução conjunta de ações regulatórias, como análises de reajustes tarifários, revisões contratuais e apuração de manifestações de usuários. Também estabelece o intercâmbio de informações técnicas e relatórios, com o objetivo de garantir uniformidade nos critérios de fiscalização e segurança jurídica na prestação dos serviços.

A assinatura do convênio representa mais um avanço no processo de regionalização do saneamento básico em Goiás, instituído pela Lei Complementar nº 182/2023, que criou as Microrregiões de Saneamento Básico Leste, Centro e Oeste. A Microrregião Oeste, da qual Rio Verde

Representantes da AGR e da Amae durante a solenidade de assinatura na Prefeitura de Rio Verde

faz parte, abrange 88 municípios, que passam a ter suporte regulatório integrado para assegurar maior qualidade e sustentabilidade na execução dos serviços de saneamento. Os convênios com reguladores municipais das demais microrregiões serão assinados em breve.

O convênio define as atribuições e estabelece as diretrizes de cooperação entre a AGR e a Amae, promovendo harmonia nas normas regulatórias, equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e fortalecimento da governança pública.

Participaram do ato, pelo município, além do prefeito, o procurador-geral Vinícius Fonseca Campos e a representante do Comitê Técnico Microrregional – Oeste, Franciele de Kássia. Pela AGR, estavam a presidente em substituição, Maria Sílvia de Lima Hatschbach, a conselheira Nathália Maria Briceño Spadoni, o diretor de Regulação e Fiscalização, Eduardo Henrique da Cunha, a gerente de Saneamento Básico, Patrícia Cáceres, e o assessor da Presidência, Thiago Nepomuceno.

Pela Amae, participaram o presidente Bruno Saleh, a assessora institucional Thuani Oliveira, o coordenador de Assuntos Institucionais Diego Pinho, o diretor de Administração e Finanças Rauander Douglas, a diretora de Regulação Keila Vieira, o coordenador de Regulação Luiz Lourenço, o diretor de Fiscalização Carlos Henrique Maia, a coordenadora de Fiscalização Juliete Sousa e o procurador autárquico Victor Magalhães.

A AGR em comunicação direta com o cidadão goiano

Unidade manteve tempo médio de resposta de 7 dias, muito inferior ao limite de 20 dias previsto em lei

Entre os meses de outubro e dezembro de 2025, a Ouvidoria Setorial da AGR confirmou sua atuação como canal direto entre o cidadão e os serviços públicos regulados. No período, foram registradas 600 manifestações no sistema da Ouvidoria da AGR, abrangendo temas relacionados a saneamento básico (434 manifestações ou 72,3%), transporte intermunicipal de passageiros (126 ou 21%), serviços não regulados pela Agência (37 ou 6,2%), bens desestatizados (2 ou 0,3%) e AGR (1 ou 0,2%).

Além dessas manifestações, outras 31 solicitações foram recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do Estado de Goiás (SGO/OGE), sendo 17 classificadas como pedidos de acesso à informação (LAI). Apesar do elevado número de solicitações, a AGR manteve tempo médio de resposta de apenas 7 dias, muito inferior ao limite de 20 dias previsto em lei, reforçando o compromisso da Ouvidoria com a celeridade e a transparência no atendimento ao cidadão.

AGR Móvel

O quarto trimestre de 2025 também foi marcado pela presença ativa da Ouvidoria em eventos e ações itinerantes realizadas em parceria com instituições e programas estratégicos do Governo de Goiás. Foram 28 eventos realizados com o Projeto AGR Móvel.

Fotos: AGR



AGR Móvel em ação social na cidade de Itapuranga



O presidente da AGR, Wagner Oliveira Gomes, com a primeira-dama Gracinha Caiado, na abertura do Goiás Social em Guapó

As ações integraram iniciativas como o Goiás Social e o Goiás Alerta e Solidário em parceria com o Gabinete de Políticas Sociais, o Agro é Social em parceria com a Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Emater) e o Programa Social da Alego em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.

Foram visitados os seguintes municípios: Águas Lindas de Goiás, Aragarças, Caiapônia, Caldas Novas, Cidade Ocidental, Cristalina, Goianésia, Goiânia, Guapó, Iporá, Itaberaí, Itauçu, Jaraguá, Jataí, Luziânia, Mara Rosa, Mineiros, Nova Crixás, Novo Gama, Planaltina de Goiás, Rialma, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, São Miguel do Araguaia, Uruaçu e Vila Propício.

Durante essas atividades, foram realizados 1.331 atendimentos diretos aos cidadãos, com orientações sobre direitos e deveres dos usuários de serviços públicos nas áreas de saneamento básico, transporte intermunicipal de passageiros e energia elétrica. As equipes também prestaram informações e encaminhamentos relacionados à Tarifa Social de Energia e ao programa Água Social, ampliando o acesso dos usuários a benefícios essenciais.

Entre os resultados do trimestre, destaca-se a atuação da Ouvidoria com a realização de 6 entrevistas concedidas a emissoras de rádio, alcançando uma infinidade de usuários/ouvintes com informações sobre direitos e deveres dos usuários dos serviços públicos regulados, as áreas de atuação e canais de atendimento da AGR.

Essas ações reforçam o papel da AGR como ponte entre o cidadão e as concessionárias, aproximando a regulação da realidade local e fortalecendo a cultura de escuta ativa e participação social em todo o estado.

Hórus, a nova era da fiscalização do transporte

Em parceria, AGR e Secretaria-Geral de Governo (SGG) implementam sistema que usa tecnologia para tornar fiscalização mais eficiente em Goiás



Uma parceria estratégica entre a Agência Goiana de Regulação (AGR) e a Subsecretaria de Tecnologia da Informação (STI) da Secretaria-Geral de Governo (SGG) está redefinindo a fiscalização do transporte intermunicipal em Goiás.

A iniciativa, batizada de Hórus, é uma ferramenta inovadora que promete revolucionar a maneira como as equipes de campo atuam, trazendo mais assertividade para o dia a dia.

O objetivo, segundo a gerente de Tecnologia da AGR, Luciana Dutra Martins, é transformar a fiscalização, tornando-a “inteligente, não reativa”.

O poder do Hórus reside em sua capacidade de analisar e cruzar, em tempo real, bancos de dados estratégicos para o transporte nas rodovias no estado de Goiás.

Com essa tecnologia, a fiscalização passa a ser mais assertiva. O sistema apontará onde as irregularidades estão acontecendo, permitindo que as equipes sejam deslocadas de forma estratégica. O resultado é uma operação mais eficaz, com uso eficiente de recursos e tempo.

A visão de futuro para o projeto é a criação de um moderno centro de operações na AGR. Além do monitoramento em tempo real, o sistema permitirá analisar o histórico de dados para antecipar tendências e prever onde futuras irregularidades são mais prováveis de ocorrer. Segundo a gerente de Tecnologia, Luciana Dutra Martins, as informações geradas pelo Hórus poderão, inclusive, dar base à criação de políticas públicas”.

O sistema Hórus está em fase de implementação na AGR. A primeira funcionalidade, a consulta de veículos, já foi entregue e está em uso pela equipe de fiscalização, especialmente para apurar denúncias de transporte clandestino. Logo serão implementadas novas funcionalidades, como os painéis de monitoramento que farão o cruzamento automático dos dados para identificar irregularidades.

Luciana Dutra Martins faz uma observação sobre a ética no uso da ferramenta, destacando a importância da conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Foto: AGR



O presidente Wagner Oliveira Gomes na reunião de planejamento do cronograma das obras

AGR e FCR alinham cronograma de reforma do edifício-sede

Encontro serviu para acompanhar a execução do projeto e definir prazos para a reativação dos três andares inferiores da agência

A Agência Goiana de Regulação (AGR) realizou, no dia 23 de outubro, uma reunião para alinhamento do cronograma da reforma do edifício-sede. O encontro reuniu representantes da agência e da empresa FCR Construtora, que é a responsável por executar a obra. O objetivo principal do encontro foi o alinhamento e o acompanhamento da execução do projeto da reforma. A reunião serviu para avaliar como a obra está sendo realizada e traçar os próximos passos do que será feito daqui para frente.

Durante a discussão, foram estabelecidos prazos para as ações necessárias. Essas definições envolvem tanto a AGR quanto a empresa contratada, a fim de garantir a execução do serviço.

Estavam presentes pela AGR, o presidente Wagner Oliveira Gomes; o gestor do Contrato, diretor de Regulação e Fiscalização, Eduardo Henrique da Cunha; o fiscal do Contrato, Dario Centution Larramendia; e o gerente de Apoio Administrativo, Gustavo Esteves Kossa. Pela FCR Construtora, participaram o coordenador de Planejamento e engenheiro responsável técnico pela obra, Miguel Vasconcelos; o coordenador Jurídico, Carlos Azevedo; e o técnico em Edificações, Leandro Vieira.

A reforma do prédio da AGR vai permitir colocar em funcionamento os três andares inferiores da agência. Nesses locais, irão funcionar o atendimento ao público, por meio da Ouvidoria e setores de cadastro de empresas e transporte, finanças e dívida ativa, entre outras atividades.

AGR acompanha entrega de novos ônibus pela Expresso União

Investimento de R\$ 16 milhões em 13 veículos executivos visa ampliar o conforto e a segurança dos passageiros nas linhas reguladas pela agência

A Agência Goiana de Regulação (AGR) acompanhou, no dia 13 de novembro, a apresentação de 13 novos ônibus 0 km da empresa Expresso União. O evento, realizado na Rodoviária de Goiânia, marca um investimento de R\$ 16 milhões na modernização do transporte intermunicipal de passageiros.

Os veículos, avaliados em R\$ 1,3 milhão cada, são equipados com 46 poltronas, elevador para acessibilidade e tecnologia voltada à segurança e ao conforto. Para o gerente-geral da Expresso União, Ronaldo Lázaro Samuel, os veículos “contribuem para um transporte mais moderno e eficiente”. A visão foi compartilhada por Wilmar Dias da Silva, representante do Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal e Interestadual de Passageiros do Estado de Goiás (Setrinpe), que destacou a renovação como essencial para “elevar a qualidade do serviço prestado aos usuários”.

O coordenador de Fiscalização dos Transportes da AGR, Pedro Quermes, explicou que o investimento é reflexo de um novo cenário no setor. “São consequência da abertura do mercado, que possibilita maior qualidade; da fiscalização combatente ao transporte clandestino; e da visão da empresa em entender o potencial de crescimento de Goiás”, detalhou.

Conforme disse o gerente-geral da Expresso União, Ronaldo Lázaro Samuel, os novos veículos reforçarão a operação em diversas linhas, incluindo as recém-aprovadas que ligam Goiânia a destinos como Palmeiras de Goiás (via Campestre de Goiás), Caldas Novas (via BR-153 e Piracanjuba) e Catalão (via Bela Vista, São Miguel do Passa Quatro e Orizona).

Estiveram presentes para acompanhar a entrega e conhecer os novos veículos a presidente em substituição da AGR, Maria Sílvia Hatschbach, a conselheira Natália Spadoni, o coordenador de Fiscalização Pedro Henrique Quermes Costa e a equipe de fiscalização da Gerência de Transportes.



Fotos: AGR



As conselheiras da AGR, Maria Sílvia Hatschbach e Natália Spadoni, com fiscais da AGR e empresários da Expresso União na entrega dos ônibus no terminal rodoviário de Goiânia

AGR alerta usuário a evitar o transporte clandestino

Equipes de fiscalização estiveram em todas as regiões do estado para orientar a população e inibir a prática ilegal que oferece riscos aos passageiros

A Agência Goiana de Regulação (AGR) orienta os usuários do transporte rodoviário de passageiros a evitar o uso do transporte clandestino para se deslocar de uma cidade a outra dentro do estado de Goiás. A prática traz grandes riscos à segurança e à vida dos passageiros, além de causar prejuízos aos operadores do sistema de transporte intermunicipal que atuam de forma regular e cumprindo as normas para o setor.

No feriado prolongado de 15 de novembro, as equipes de fiscalização da AGR estiveram nas principais rodovias de todo o estado, em parceria com a Polícia Militar de Goiás (PMGO) e com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), que ofereceram segurança e apoio aos fiscais. O objetivo central da operação foi garantir a segurança dos usuários e coibir a circulação de veículos não autorizados.

A coordenadora de Fiscalização da AGR, Cristina da Rocha Zanin, alertou, durante a campanha, que o transporte clandestino, muitas vezes contratado via redes sociais ou aplicativos de mensagens, oferece riscos severos à população. “O maior inimigo é a cultura do ‘jeitinho’ e a busca por preços menores, ignorando a segurança. O passageiro viaja com desconhecidos, sem saber a procedência

ou a condição mecânica do veículo e, em caso de acidente, não possui nenhuma cobertura de seguro”, destacou.

Além dos riscos físicos, o usuário do transporte irregular está sujeito a prejuízos financeiros e transtornos na viagem. Conforme explicou a coordenadora, durante a fiscalização, se um veículo clandestino for flagrado, ele é imediatamente apreendido, e a viagem é interrompida no local. A AGR não se responsabiliza pela continuidade do trajeto, restando ao passageiro buscar meios próprios para chegar ao destino ou retornar, enquanto o veículo é guinchado para um pátio credenciado.

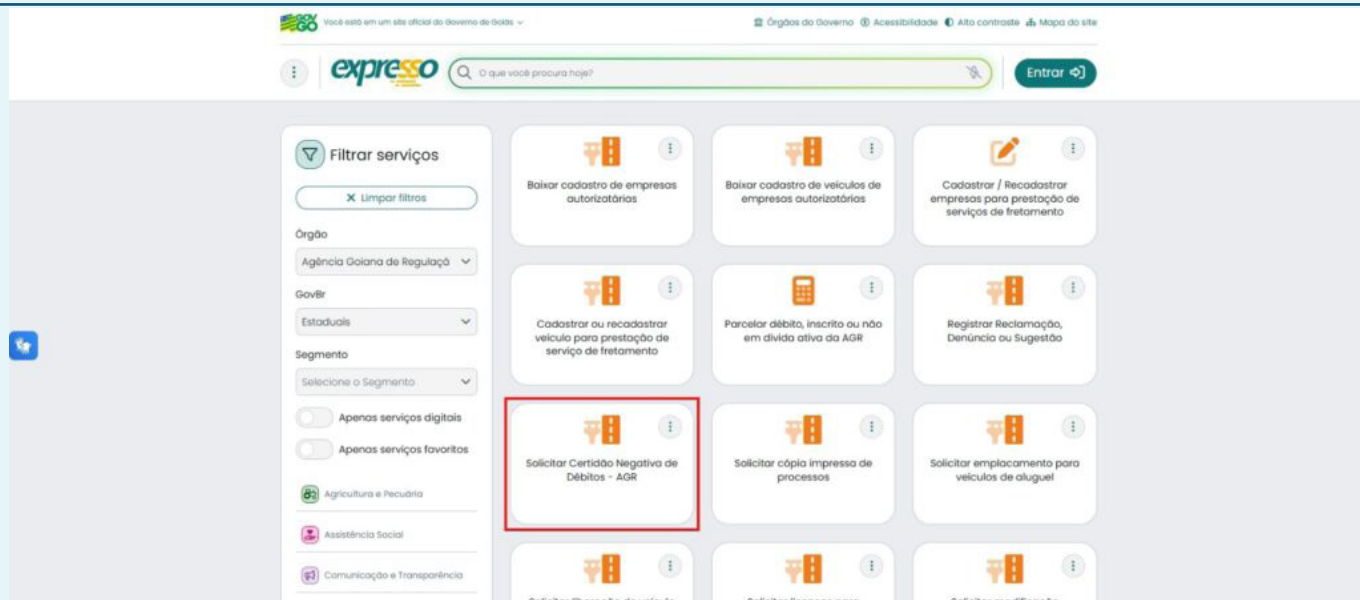
Para os infratores, a penalidade é rigorosa. A multa inicial é de R\$ 7 mil, valor que aumenta em 50% em caso de reincidência, somada aos custos de guincho e diárias de pátio.

A AGR orientou os passageiros a verificarem sempre se o veículo possui os adesivos de vistoria da agência e a licença de viagem autorizada antes de embarcar. “Priorize a sua segurança e a da sua família. A empresa que está cadastrada na AGR está apta a fazer esse serviço, segue normas rigorosas de manutenção e não vai deixar o passageiro na mão”, reforçou a coordenadora Cristina Zanin.

Foto: AGR



Para os infratores, a multa inicial é de R\$ 7 mil, valor que aumenta em 50% em caso de reincidência, além dos custos de guincho e diárias de pátio



Emissão de Certidão Negativa da AGR já está no Portal Expresso

Novo sistema automatizado permite consultar regularidade fiscal e emitir documentos de forma imediata, garantindo mais agilidade para empresas reguladas

A Agência Goiana de Regulação (AGR) modernizou o processo de verificação de regularidade fiscal para as empresas reguladas. A partir de agora, a consulta e a emissão da Certidão Negativa de Débitos estão integradas ao Portal Expresso, plataforma de serviços digitais do Governo de Goiás. A atualização tecnológica tem como objetivo simplificar a vida dos prestadores de serviços públicos que necessitam do documento para participar de licitações, renovar contratos ou comprovar regularidade junto aos órgãos de controle. O novo fluxo automatizado elimina etapas manuais e oferece resposta imediata às solicitações.

Para a gerente de Tecnologia da AGR, Luciana Dutra Martins, a entrega demonstra o compromisso da Agência com a evolução dos serviços públicos. “Nossa meta é utilizar a tecnologia para eliminar gargalos e facilitar o dia a dia de quem produz. Com essa integração ao Portal Expresso, transformamos um processo que demandava trâmite interno em uma consulta instantânea, garantindo que o regulado tenha acesso ao seu documento com total segurança e transparência a qualquer hora do dia”, destaca.

Como funciona o novo serviço

O sistema foi desenhado para realizar uma varredura completa em segundos. Ao solicitar o serviço

através do ambiente digital, a ferramenta realiza automaticamente três etapas de verificação que antes demandavam análise manual:

- **Consulta de Vigência:** O sistema verifica se a empresa (CNPJ) ou pessoa física (CPF) já possui uma certidão válida emitida.
- **Verificação de Pendências:** Caso não haja documento ativo, é feita uma consulta imediata na base de dados da AGR para checar a existência de débitos ou pendências financeiras.
- **Emissão Instantânea:** Não havendo pendências, a Certidão Negativa é gerada e disponibilizada para impressão ou download na hora.

Agilidade e transparência

A integração com o Portal Expresso utiliza a mesma base de dados segura da Ouvidoria Setorial da AGR. Isso garante que a informação acessada pelo prestador de serviço seja oficial e esteja sempre atualizada.

Para as empresas de transporte, saneamento, energia e demais setores regulados, a mudança representa redução de burocracia. O que antes poderia depender de trâmites internos, agora é resolvido com poucos cliques, permitindo que as empresas mantenham sua documentação em dia com maior facilidade.

AGR contribuiu para manutenção da qualidade da informação contábil e fiscal em Goiás

Esforço para integrar dados da autarquia ao sistema contábil geral do Estado trouxe mais precisão e confiabilidade ao trabalho

A conquista do Prêmio Qualidade da Informação Contábil e Fiscal pelo Estado de Goiás em 2025 reflete o trabalho desenvolvido pela Gerência de Contabilidade da Agência Goiana de Regulação (AGR), dentre os órgãos da administração pública estadual. A unidade atua para garantir que as informações da Agência sejam registradas e enviadas com precisão, consistência e dentro dos prazos, com transparência e contribuindo para a boa avaliação do Estado no ranking nacional.

Pelo terceiro ano consecutivo, o Estado de Goiás ficou no topo do ranking de Transparência, do Tesouro Nacional, destinado a avaliar e classificar a precisão, integridade e consistência das informações contábeis e fiscais enviadas pelos entes federativos ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. O objetivo é estimular a melhoria contínua da informação contábil.

Um dos esforços da Gerência de Contabilidade da AGR foi o projeto de integração das transações de Contas a Receber e Dívida Ativa da Agência ao sistema contábil geral do Estado. Essa iniciativa, segundo o gerente de Contabilidade Allan Palmer, busca eliminar registros manuais, reduzir retrabalho e assegurar que as operações sejam registradas de forma automática e tempestiva. “Com isso, a AGR passa a oferecer dados ainda mais confiáveis e atualizados, fortalecendo sua participação no aprimoramento contínuo da qualidade da informação contábil do Estado de Goiás”, acentua.

No fim de outubro, uma equipe de gerentes de Acompanhamento e Execução Contábil e de Acompanhamento de Custos e Avaliação de Resultados, da Secretaria de Economia esteve na Controladoria-Geral do Estado (CGE) para agradecer a parceria no processo de avaliação dos dados contábeis de Goiás. Eles destacaram a importância da integração com as redes de gestão do Estado. O troféu de Estado mais transparente do Brasil

Foto: AGR



O gerente de Contabilidade da AGR, Allan Palmer, à direita, recebe o certificado do Prêmio de Qualidade da Informação Contábil e Fiscal

foi entregue ao secretário da Economia, Francisco Sérvulo Freire Nogueira, no dia 15 de setembro, durante cerimônia realizada em Brasília.

Em almoço com a equipe contábil do Estado, o secretário de Economia, Sérvulo Freire Nogueira, o subsecretário do Tesouro Estadual, Wederson Xavier, e o superintendente central de Contabilidade, Ricardo Rezende, homenagearam os profissionais responsáveis pela excelência dos resultados que deram nota máxima ao Estado de Goiás.

Na oportunidade, o gerente de Contabilidade da AGR, Allan Palmer, recebeu o certificado do Prêmio de Qualidade da Informação Contábil e Fiscal, concedido pela Secretaria do Tesouro Nacional ao Estado de Goiás das mãos do superintendente Ricardo Rezende, e estendeu a homenagem a toda a sua equipe.

AGR abre 1º Ciclo Metrobus de mobilidade urbana

Presidente Wagner Oliveira Gomes e equipe técnica apresentaram atribuições da autarquia e detalharam o modelo de custeio do transporte metropolitano, subsidiado pelo Estado e municípios

Fotos: AGR



“A AGR tem um papel estratégico”, diz presidente da AGR

A Agência Goiana de Regulação (AGR) foi convidada para abrir, no dia 3 de dezembro, a 1ª edição do Ciclo Metrobus de Mobilidade Integrada. O encontro, na Sede Operacional da Metrobus, na Vila Regina, em Goiânia, inaugurou uma série de diálogos técnicos voltados ao fortalecimento das relações institucionais entre os entes que compõem a Rede Metropolitana de Transporte Coletivo (RMTTC).

O presidente Wagner Oliveira Gomes conduziu a apresentação institucional da AGR, enfatizando que a atuação da AGR vai além da fiscalização pontual, exercendo um papel estratégico na definição das condições econômicas e normativas que tornam possível a prestação do serviço de transporte metropolitano de passageiros. Segundo Wagner, a agência coopera para o desenvolvimento do setor ao estabelecer parâmetros claros para a remuneração das operadoras.

“A AGR tem um papel estratégico nesse processo todo, que é a competência da atribuição da tarifa de remuneração”, afirmou Wagner Gomes. Ele destacou que visitar a Metrobus permitiu presenciar a materialização do trabalho regulatório realizado nos bastidores: “É a aplicação dos recursos que nós estamos definindo lá na AGR. Tivemos a oportunidade de presenciar os investimentos que estão sendo feitos, de modo especial em relação à eletrificação da frota, às garagens e aos veículos novos que estão chegando”.



Equipe da AGR durante o evento

O aspecto técnico do custeio do sistema foi detalhado pelo gerente de Regulação Econômica da AGR, Rafael Barbosa Carvalho. O gerente explicou a metodologia de cálculo da tarifa de remuneração, o custo real para transportar cada passageiro com qualidade técnica.

Foi demonstrado como o trabalho de revisão e reajuste criterioso dessa tarifa, realizado pela AGR, oferece a segurança jurídica e orçamentária necessária para que as concessionárias invistam em modernização. Rafael ressaltou que, graças ao subsídio custeado pelo Estado de Goiás e pelos municípios da região metropolitana, esse custo técnico é coberto sem que haja impacto no valor da passagem paga pelo cidadão na catraca, viabilizando melhorias contínuas no sistema.

Integração e expertise

Para a Metrobus, a iniciativa busca absorver o conhecimento técnico da agência reguladora. O presidente da companhia, Francisco Caldas, classificou a AGR como um dos “núcleos principais” do sistema, essencial para o entendimento da política tarifária e suas complexidades.

“Nós precisamos aumentar as nossas relações com todos os entes envolvidos com o mercado de transporte. A AGR fornece toda a discussão da política tarifária, as suas vicissitudes e os detalhes. Nem sempre nós, como concessionários, conseguimos acompanhar sozinhos essas nuances. A agência nos brinda com essa expertise, o que para nós é de extrema relevância”, avaliou Francisco.

Também integraram a comitiva da AGR no evento, a diretora de Gestão Integrada, Andrea Bonanato Estrela, e o chefe de Gabinete, Breno Pereira da Silva. O encontro intensifica o alinhamento entre a regulação estatal e a operação do serviço, demonstrando como a gestão eficiente dos contratos e tarifas reflete diretamente na infraestrutura oferecida à população.

Agências goianas apresentam modelo de regulação compartilhada no Congresso da Abar

Evento reuniu centenas de reguladores nacionais, infranacionais e municipais de todo o País em três dias de debates na Expo Rio

A Agência Goiana de Regulação (AGR), que no estado de Goiás é responsável pela regulação do saneamento básico, do transporte intermunicipal de passageiros e dos bens desestatizados, além de fiscalizar os serviços de energia por meio de convênio com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), participou em grande estilo do maior evento de regulação da América Latina: o Congresso Brasileiro de Regulação, promovido pela Associação Brasileira de Agências Reguladoras (Abar). Pela segunda vez, a AGR compareceu ao lado das agências municipais de regulação de Goiânia (AR), Rio Verde (Amae) e Anápolis (ARM).

A delegação, com 36 profissionais, chamou a atenção dos participantes pelo arranjo regulatório inédito e que é referência para outros estados na área de saneamento básico. Em stand integrado, as agências mostraram como se dá a regulação compartilhada com vistas à universalização dos serviços de saneamento básico em Goiás, conforme prevê o marco regulatório do setor. As quatro agências estiveram lado a lado durante todo o evento, aberto oficialmente na manhã do dia 26 de novembro, na Expo Rio, na Cidade Nova, no Rio de Janeiro, e participaram de painéis e apresentação de trabalhos técnicos.

A abertura foi feita pelo presidente da Abar, Vinicius Benevides, ao lado de ex-presidentes da entidade e reguladores que comandam as principais agências do país, como a Aneel, Agência Nacional de Águas e Saneamento

Fotos: AGR



Stand da AGR foi um dos mais movimentados do congresso



Presidentes da ARM, AR, AGR e Amae coordenaram a integração das equipes nos três dias de congresso

Básico (ANA), Agência Nacional de Petróleo e Gás (ANP) e outras. Num discurso emocionado, Benevides destacou o trabalho incansável das agências que mesmo tendo tido os seus orçamentos reduzidos vêm mantendo a segurança jurídica necessária para o desenvolvimento do país.

O presidente da Abar também exaltou a magnitude do evento de 2025, que superou em números o evento realizado em 2023, em São Paulo. Segundo afirmou, o Congresso contou, nesta edição, com 6 mil metros quadrados de espaço, 2 mil a mais que no evento anterior. O número de artigos passou de 214 em 2023 para 356 em 2025; e os painéis aumentaram de 66 para mais de 80. “Isso mostra a força e o interesse em relação aos aspectos técnicos da regulação; estamos vivendo um momento muito importante da regulação, mas temos um longo caminho a percorrer”, disse. Segundo reforçou, as agências precisam ser respeitadas para dar segurança jurídica aos investidores.

O presidente da AGR, Wagner Oliveira Gomes, afirmou que o Congresso foi uma oportunidade importante para as agências goianas apresentarem os trabalhos que vêm realizando e que podem ser referência para outros estados, tanto na regulação compartilhada do saneamento quanto nas demais áreas de atuação da AGR, que é um ente regulador multissetorial. A agência teve seis trabalhos técnicos selecionados e participou de seis painéis de debates sobre diferentes aspectos da regulação.



Registros da solenidade de abertura, do stand compartilhado da equipe da AGR e da entrega de placa da Abar

Apresentação de trabalhos técnicos

Fotos: AGR



Lorena Patrícia de Oliveira (Saneamento), Rafael Barbosa Carvalho (Regulação Econômica), Lucas Lustosa Coelho (Inovação) e Sinnara Gomes de Godoy (Rede TransformaGOV) na apresentação de trabalhos técnicos

As agências de Goiás apresentaram sete trabalhos técnicos no XIV Congresso da Abar, sendo cinco em diferentes áreas pela AGR e dois pela AR de Goiânia. Os trabalhos da AGR versaram sobre a “Transparência e Gestão Estratégica com Business Intelligence”, de autoria de Lucas Lustosa Coelho e Sinnara Gomes de Godoy; e sobre a “Análise da Qualidade do Atendimento em Call Center de Serviços Públicos Essenciais”, de autoria de Patrícia Silva Cáceres, Francisco Vieira de Macedo, Alessandra Francisca dos Santos, Lorena Patrícia de Oliveira e Gisele Danese.

Também foram apresentados os estudos de “Análise de Impacto Regulatório sobre a Norma de Referência da

ANA Nº 9/2024”, de autoria de Sinnara Gomes de Godoy, Patrícia Silva Cáceres e Gisele Danese Maciel; a “Regulação por Dados: Agrupamento de Terminais Rodoviários”, de Sinnara Godoy e Rafael B Carvalho; e a “Modernização no arcabouço institucional e tarifário do transporte coletivo metropolitano de Goiânia”, de Rafael B Carvalho.

A AR, agência reguladora de Goiânia, apresentou dois trabalhos técnicos, sobre os temas “Análise das Características da Execução das Despesas Públicas das Agências de Regulação Municipal no Estado de Goiás”; e “Proposição de Método de Análise para Controle de Qualidade na Recomposição de Pavimentos em Serviços de Saneamento Básico”. Para o presidente da AR, Hudson Novais, a participação no Congresso da Abar foi de extrema importância para a troca de conhecimento entre as agências.

“Nesse momento podemos encontrar e conversar com agências de todo o país e até de fora dele, conhecer novas visões e novas soluções para problemas que enfrentamos. Além de aprender muito, também podemos contribuir nessa troca de informações e conhecimentos nos painéis e oficinas no Congresso”, destacou.

Participaram também do XIV Congresso da Abar, os presidentes da Amae, Bruno Salleh, e da ARM de Anápolis, Paulo Victor Marques, e equipes.

Ouvidoria da AGR foi destaque em vários painéis do XIV Congresso

Além da apresentação de trabalhos técnicos desenvolvidos pelas áreas meio e finalística, a AGR participou de vários painéis apresentando sua expertise no serviço de ouvidoria, e também mediando debates importantes para a regulação brasileira. A Ouvidoria Setorial levou ao Congresso o seu modelo de fluxo de atendimento focado na eficiência, transparência e escuta ativa do cidadão, destacando o papel de canal independente de diálogo entre sociedade e Estado, responsável por acolher manifestações, garantir respostas qualificadas e promover melhorias na prestação dos serviços regulados.

O ouvidor setorial da Agência, Francisco Vieira de Macedo, apresentou, entre outros elementos, os princípios do fluxo de atendimento – simplicidade, rastreabilidade, padronização e segurança –, e as práticas de validação das respostas, rejeição de retornos insuficientes e monitoramento de prazos.

A Ouvidoria evidenciou ainda sua função de inteligência regulatória, transformando dados das manifestações em insumos para fiscalização, revisão tarifária,

avaliação de desempenho dos regulados e decisões estratégicas da Agência. A mensagem final reforçou que resposta qualificada gera credibilidade e que o fluxo eficiente fortalece a confiança do cidadão.

Em outro painel denominado “Audiências públicas e itinerância: a ouvidoria fora das quatro paredes”, o presidente Wagner Oliveira Gomes ressaltou o trabalho que vem sendo feito pela Agência no atendimento aos usuários dos serviços públicos regulados no estado de Goiás, a partir da atuação a equipe da ouvidoria na AGR Móvel, que percorre todas as regiões, ouvindo a população e orientando sobre direitos e deveres, tarifas sociais de água e energia, ressarcimento de danos elétricos e gratuidade no serviço público.

Na ocasião, o presidente da AGR reforçou a sua proposta para a obtenção de ouvidorias de alto impacto nas concessionárias, com plena autonomia e poder de resolução de conflitos, a fim de se evitar que as demandas procedentes de usuários cheguem até as agências reguladoras. O painel teve a mediação do presidente da Ager (MT), Luis Nespolo.

Em outro painel, que versou sobre o tema “A evolução das ouvidorias no Brasil”, o ouvidor setorial da AGR, Francisco de Macedo, destacou as inovações tecnológicas implementadas na ouvidoria setorial da AGR desde 2022 para a ampliação dos canais de ouvidoria e o uso da inteligência artificial que vem transformando números em dados que subsidiam tomadas de decisões na Agência.



O assessor Thiago Nepomuceno no painel das PPPs

Segundo Francisco Vieira, as mudanças incluem atendimentos nos 246 municípios com orientações diretas aos usuários, o que faz da ouvidoria, antes passiva, uma ouvidoria que impacta a vida dos cidadãos em todo o estado.

ESG

O presidente da AGR, Wagner Oliveira Gomes, mediu o debate no painel sobre o tema “ESG na Regulação do Transporte e da Infraestrutura”. O painel contou com a participação de José Aurélio Ramalho, do ONSV; de Marcelo Bernardes, da Anac; de Claude Soares Ribeiro de Araújo, da ANTT; e de Sandra Vigário, da ANTT de Angola.



O presidente Wagner Gomes e o ouvidor Francisco Vieira apresentando o trabalho da Ouvidoria da AGR

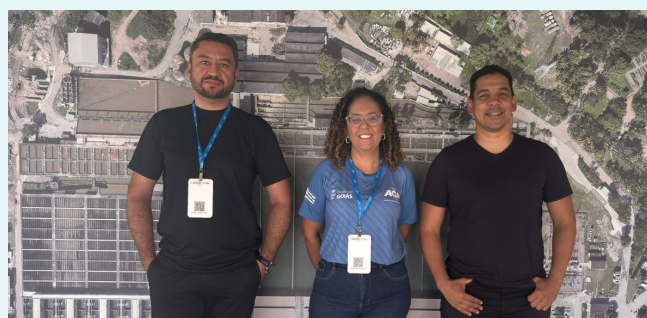
Modelagem PPPs

O assessor especial da Presidência da AGR, Thiago Nepomuceno, participou do painel “Modelagem Jurídica das PPPs: novas estruturas e operações após a edição da Lei 14.026/2020”. Ele destacou que os contratos de PPPs são um novo desafio, em que será preciso aprimorar os entendimentos quanto aos reflexos tarifários dos eventuais reequilíbrios do contrato e que caberá às agências a construção de procedimentos e sistemas para recebimento de análise e validação dos dados recebidos do verificador independente.

Visita técnica

Uma equipe de profissionais que fazem a fiscalização do saneamento básico pela AGR, pela Amae de Rio Verde, e AR de Goiânia, integraram uma delegação de fiscais que fez uma visita técnica à Estação de Tratamento de Água (ETA) de Guandu, considerada pelo Guinness Book a maior estação de tratamento de água do mundo.

A unidade é capaz de tratar 43 m³ por segundo e atende 9 milhões de pessoas em oito cidades, incluindo a cidade do Rio de Janeiro.



Alessandra dos Santos (AGR), Arlen Oliveira (AR) e Carlos Maia (Amae) na visita à ETA Guandu



A AGR recebeu o vereador de Corumbá de Goiás, Rubens José, e a vereadora de Cocalzinho de Goiás, Wendy Sousa, para tratar de demandas relacionadas ao transporte intermunicipal de passageiros. O encontro teve como foco a busca de alternativas para garantir a qualidade e a continuidade dos serviços de transporte que atendem a população dos dois municípios.

A AGR recebeu vereadores de Montividiu que apresentaram demandas relativas ao transporte de passageiros, especialmente no atendimento a localidades vizinhas ao polo industrial de Rio Verde. Estiveram na AGR, os vereadores Júlio Borges de Oliveira (presidente), Matheus Cervantes, Maurício Pereira Leão, Danilo Rodrigues dos Santos, Tainara Santos da Silva Cruvinel e Daniela Souza Silva. Também participou da reunião, o assessor parlamentar Mário Júnior, do gabinete do deputado federal Adriano do Baldy.



A AGR recebeu representantes da Agência Reguladora de Cidade Ocidental (Arco), criada em 2023, e em processo de estruturação há um ano, além do assessor parlamentar Mário Júnior, do gabinete do deputado federal Adriano do Baldy. O presidente da Arco, Josiel Barbosa, e o conselheiro daquela autarquia municipal, Marcus Campos, além da assessora Gêssica Mona, puderam se apresentar e conhecer a AGR, que compartilhou sua experiência na regulação e na fiscalização de serviços públicos em Goiás.

A AGR recebeu o prefeito de Silvânia, Carlos Mayer, acompanhado do chefe de Gabinete do deputado estadual Issy Quinam, Juliano Silva, do vereador Mi e da assessora da Câmara Municipal, Samara Aline. Eles trataram da criação de novas seções, pontos de parada dos ônibus, entre os municípios de Vianópolis e Luziânia, para atender demandas da população de Silvânia.



O transporte intermunicipal de passageiros esteve no foco da reunião com o vereador Rivadávia Neto, da Cidade Ocidental. Ele apresentou demandas da comunidade em relação à melhoria do transporte de passageiros na região do Entorno de Brasília. Durante o encontro, foram discutidos alguns aspectos desses serviços na região, como o das gratuidades para pessoas idosas ou com deficiência.

Os vereadores de Adelândia, Ana Gláucia Mendonça e José Divino Pereira, e o chefe de gabinete do deputado Charles Bento, Eudécio Carlos, estiveram na AGR para tratar do transporte de passageiros na região, com foco no edital de chamamento que contempla a linha de transporte de Adelândia.



A AGR recebeu a visita do reitor da Universidade Estadual de Goiás (UEG), professor Antonio Crivinel, acompanhado dos estudantes Heloisa Hayla R. Silva (Farmácia) Marcos Vinícius F. Batista (Química) e Felipe Borges Ribeiro (Engenharia Agrícola). Eles apresentaram demanda relativa ao transporte de passageiros entre Goiânia e Anápolis, para que a linha atenda o trecho até a sede da UEG naquele município, de forma a facilitar o transporte diário dos estudantes para as atividades educativas. Durante o encontro com o presidente Wagner Oliveira Gomes e o diretor de Regulação e Fiscalização da AGR, Eduardo Henrique da Cunha, eles conversaram inclusive sobre a possibilidade de se estudar formas de reduzir custos para estudantes da UEG, nas passagens de Goiânia até Anápolis.



A AGR recebeu a proprietária da empresa Transduarte, Vivian Duarte Marçal, e o advogado Cesário Aguiar para tratar do interesse da empresa em operar novas linhas de transporte intermunicipal de passageiros. O encontro buscou alinhar aspectos técnicos e regulatórios necessários à ampliação das operações, promovendo um diálogo transparente entre a Agência e o setor de transporte para garantir serviços regulares e de qualidade à população goiana.

A AGR recebeu os representantes das empresas Gabrielle Day, WA Turismo e Neuza Tur, Cleise Vaz e Murilo Silva. O encontro teve como pauta a análise de mercados disponíveis para novas operações de transporte intermunicipal de passageiros e a aplicação da Norma Regulamentadora nº 1 (NR1) no setor, em parceria com a AGR. Na ocasião, foram apresentados os chamamentos públicos abertos, que buscam ampliar a regularização e fomentar novas oportunidades de operação de linhas intermunicipais em Goiás.





O transporte intermunicipal de passageiros foi o tema central da reunião entre a AGR, o prefeito de Sanclerlândia, José Lagares da Cruz, o secretário-executivo da AGM, Armando Leão, e empresários do setor de transporte. Eles apresentaram o interesse na operação da linha que liga Sanclerlândia a São Luís de Montes Belos, atualmente em edital de chamamento público.

A AGR recebeu o advogado Gabriel Maldonado, o diretor Antônio Maldonado e o gerente comercial Luciano Souza, representantes da Viação Estrela, para uma reunião voltada à apresentação das demandas da empresa e ao diálogo sobre o transporte intermunicipal de passageiros. Durante o encontro, foram discutidas possíveis iniciativas conjuntas entre a agência e as empresas do transporte regular no combate ao transporte clandestino.



O secretário de Administração de Hidrolândia, Isaías Neto, esteve na AGR para tratar de questões relativas ao embarque e desembarque de passageiros do transporte intermunicipal no município. Para que o município possa dar nova destinação à estrutura do terminal rodoviário, desativado e cedido pelo Estado, a prefeitura está providenciando pontos de parada de ônibus para apoio aos usuários do transporte intermunicipal.

A AGR recebeu a visita do assessor parlamentar Lourival Fonseca, que também é conselheiro da OAB-GO, representando o deputado estadual Virmondes Cruvinel. O encontro, de caráter institucional, teve como objetivo estreitar o diálogo entre o Poder Legislativo e a AGR. O deputado Virmondes Cruvinel participou de forma remota, em virtude de outros compromissos na capital.



O prefeito de Itauçu, Clayton Pereira de Melo, e outras lideranças do município estiveram na AGR para tratar de ajustes no transporte intermunicipal. Na pauta, a criação de um novo ponto de parada no município, além da situação do antigo Terminal Rodoviário, que será desafetado e repassado ao município, permitindo uma reorganização mais adequada do espaço.



O presidente Wagner Oliveira Gomes e equipe da AGR recebem da CGE os selos Ouro e Diamante

Foto: AGR

AGR conquista selos Diamante e Ouro no Programa de Compliance Público do Governo de Goiás

Agência foi premiada nos eixos de Transparência, Ética, Ouvidoria e Governança, evidenciando seu compromisso com a integridade e a boa aplicação dos recursos públicos

A Agência Goiana de Regulação (AGR) obteve desempenho de excelência no Programa de Compliance Público (PCP) do Governo de Goiás, coordenado pela Controladoria-Geral do Estado. A agência foi premiada durante cerimônia realizada em dezembro, no auditório do K Hotel, em Goiânia. A autarquia garantiu o selo Ouro no eixo Governança e alcançou a pontuação máxima com selos Diamante em Transparência, Ética e Responsabilidade e Ouvidoria. O resultado consolida a posição da agência entre os órgãos estaduais com melhores índices de conformidade e integridade na gestão.

A solenidade foi conduzida pelo secretário-chefe da Controladoria-Geral do Estado (CGE), Marcos Tadeu de Andrade, e contou com a presença da diretoria e de gestores da AGR. A comitiva da agência foi liderada pelo presidente Wagner Oliveira Gomes, acompanhado pela diretora de Gestão Integrada, Andrea Bonanato Estrela, pelo conselheiro Paulo Tiago, pelo gerente de Gestão Institucional, Alexandre Ferraz, e pela servidora Suenne Peixoto, representando a Ouvidoria Setorial.

Durante o evento, o presidente Wagner Oliveira Gomes celebrou a manutenção dos altos índices, desta-

cando que algumas categorias foram conquistadas pela segunda vez consecutiva. “É com muita satisfação que a AGR recebe o selo Ouro em Governança e os selos Diamante em Transparência, Ética e Ouvidoria. Somos bicampeões em alguns quesitos. Parabéns a toda a equipe da AGR e ao Hugo, que coordena o programa dentro da agência. Parabéns a todos nós”, afirmou.

O coordenador de Compliance da AGR, Hugo de Assis, enfatizou o caráter coletivo da conquista e estipulou metas para o próximo ciclo de avaliações. “É um ouro com gosto de diamante, um excelente resultado que toda a AGR conquistou. É um trabalho coletivo, como o presidente falou. E ano que vem nós estamos preparados para receber os quatro prêmios Diamante. Obrigado a todos os servidores da AGR que contribuíram para essa conquista”, projetou.

A obtenção dos selos valida a aplicação prática dos quatro eixos do programa, ética, transparência, responsabilização e gestão de riscos, no cotidiano da autarquia. A premiação pela CGE atesta que os processos internos da AGR seguem rigorosos padrões de controle, resultando em uma prestação de serviço mais segura e eficiente para a sociedade goiana.

Modelos de delegação de serviços públicos



Gustavo Henrique Maranhão*

Ao reconhecer a singularidade do transporte rodoviário de passageiros, a Constituição Federal (CF) atribuiu-lhe a natureza de serviço público, sobretudo, em razão de seu reflexo coletivo. Vale dizer, para além da necessidade de garantia da saúde, integridade e segurança dos transportados e daqueles que transitam pela via, o transporte rodoviário de passageiros tem reflexos diretos em questões ambientais, na mobilidade urbana, na circulação da economia, na viabilização dos direitos à saúde, à educação, ao lazer e ao trabalho, dentre outros efeitos mediatos e imediatos.

Com base no princípio da preponderância do interesse, a competência para o transporte rodoviário de passageiros foi distribuída entre as três esferas federativas: à União foi atribuída a competência para o transporte interestadual e internacional (art. 21, XII, “e”, da CF), aos municípios o transporte local (art. 30, V da CF) e aos estados-membros e ao Distrito Federal o transporte intermunicipal, com base na competência residual prevista no art. 25, §1º, da CF, interpretado de forma sistemática.

Em conformidade com a literalidade do art. 175, da CF, o serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros (TRIP) pode ser prestado de forma direta ou indireta, mediante concessão ou permissão. Estes modelos de prestação indireta (concessão e permissão), referem-se a formas por meio da qual o Poder Público delega ao particular a prestação do serviço público, por sua conta e risco, por prazo determinado.

Para tanto, há uma prévia licitação, na qual ocorre uma competição entre todos os particulares interessados,

com o propósito de selecionar a proposta com resultado mais vantajoso para o Estado e para a sociedade. Após essa fase, o serviço tende a ser prestado com exclusividade, mas o Estado, por meio da Agência Reguladora, controla a tarifa em benefício do usuário.

Em 29/03/2023, ao julgar as ações diretas de inconstitucionalidade nº 5549 e 6270, a Suprema Corte reconheceu a validade de um terceiro modelo de delegação indireta: a autorização, a qual tem espaço nas hipóteses em que, pela característica do serviço público, seja possível admitir vários prestadores de serviço ao mesmo tempo.

“... diferentemente das demais modalidades, na autorização não cabe competição no processo de seleção do prestador de serviço, já que vários podem ser admitidos caso preencham os requisitos mínimos. Na verdade, a competição ocorre no próprio mercado em que o serviço público é prestado ...”

Por essa razão, diferentemente das demais modalidades, na autorização não cabe competição no processo de seleção do prestador de serviço, já que vários podem ser admitidos caso preencham os requisitos mínimos. Na verdade, a competição ocorre no próprio mercado em que o serviço público é prestado, de modo que as autorizatárias, disputando entre si, acabariam por exercer a liberdade de preços, tarifas e frete, em benefício dos usuários.

A autorização possui especial importância no Estado de Goiás, pois se trata do modelo escolhido pela lei estadual do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros (Lei estadual nº 18.673 de 21 de novembro de 2014) para a prestação de serviço de transporte não regular ou regular desvinculado da exploração de infraestrutura, (art. 7º, I).

**Procurador Setorial da AGR*

AGR participa de inauguração de tratamento secundário da ETE Dr. Hélio Seixo de Brito

Obra representa marco para preservação do Rio Meia Ponte e é acompanhada de perto pela AGR, que fiscaliza a eficiência do saneamento na capital

Fotos: AGR



Participantes da solenidade de inauguração da ETE

A Agência Goiana de Regulação (AGR) participou, em 17 de outubro, da inauguração do tratamento secundário na Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Dr. Hélio Seixo de Brito, em Goiânia. A agência tem o papel de regular e fiscalizar os serviços de saneamento básico no estado de Goiás, contribuindo para que os investimentos se traduzam em mais qualidade e eficiência na prestação dos serviços em todo o estado.

A solenidade foi presidida pelo governador Ronaldo Caiado e contou com a presença do ministro das Cidades, Jader Filho, do vice-governador Daniel Vilela, da primeira-dama do estado, Gracinha Caiado, e do presidente da Saneamento de Goiás S/A, Ricardo Soavinski, entre outras autoridades. O presidente da AGR, Wagner Oliveira Gomes, estava presente, ao lado do diretor de Regulação e Fiscalização, Eduardo Henrique da Cunha, do assessor da Presidência, Thiago Nepomuceno, da gerente de Bens Desestatizados, Gabriella Queiroz, e da bióloga Alessandra Francisca dos Santos e de outros servidores da Gerência de Saneamento Básico.

O presidente da AGR, Wagner Oliveira Gomes, destacou a relevância da obra e o papel da agência no processo. “Esta segunda etapa corresponde ao tratamento secundário do esgoto, que vai representar uma entrega de esgoto tratado com eficiência na ordem de 90%. A AGR tem participação neste trabalho e, em breve, esses investi-

mentos impactarão a revisão tarifária que é conduzida pela nossa Gerência de Saneamento”, explicou.

O investimento total na obra foi de R\$ 133,2 milhões. Durante a solenidade, o governador Ronaldo Caiado ressaltou que, dos R\$ 78,6 milhões previstos pela União, apenas R\$ 45,9 milhões foram recebidos, obrigando o Estado a arcar com 66,2% do custo total através de recursos próprios da Saneago. “Quando assumi o governo, tinha 2% dela realizada. Estamos salvando o rio e, ao mesmo tempo, dando garantia para a população de que o esgoto está sendo tratado”, destacou Caiado.

A nova etapa do tratamento é um processo totalmente biológico que eleva os índices de remoção de carga orgânica do esgoto para mais de 90%. Isso significa que o efluente devolvido ao rio Meia Ponte tem um nível de pureza significativamente maior, um avanço importante para o ecossistema aquático e para a segurança hídrica da região metropolitana.

O presidente da Saneago, Ricardo José Soavinski, afirmou que o empreendimento “representa um salto de qualidade para as pessoas e para as águas”. O investimento é um dos motivos para a posição de destaque de Goiânia no cenário nacional, reconhecida com o Prêmio Casos de Sucesso 2025 e como a capital mais bem colocada no Ranking de Saneamento 2025, ambos concedidos pelo Instituto Trata Brasil.



Parte da equipe da AGR durante a entrega das obras pela Saneago

Protocolo Digital da AGR simplifica abertura de processos e envio de documentos para cidadãos e empresas

Ferramenta integrada ao Portal de Serviços da AGR permite protocolar defesas e solicitações gerais de forma 100% online, eliminando a necessidade de deslocamento. Protocolo vai, posteriormente, permitir tramitação via SEI



A Agência Goiana de Regulação (AGR) disponibilizou, em janeiro, o módulo Protocolo Digital, acessível pelo Portal de Serviços Eletrônicos da Agência, e que permite a usuários externos, regulados e cidadãos realizarem a instrução de solicitações, o envio de documentos e a formalização de protocolos administrativos de forma totalmente autônoma e digital. A iniciativa faz parte da estratégia de modernização da autarquia e visa dar mais facilidade e rapidez à tramitação interna.

O sistema contará, numa segunda etapa, com uma funcionalidade de integração direta com o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Governo de Goiás. Na prática, isso significa que, ao enviar a documentação pelo Portal, os dados poderão gerar automaticamente a criação de processos administrativos no SEI, além de anexar os arquivos enviados diretamente ao processo correspondente, garantindo rapidez e transparência no fluxo de informações.

Mais autonomia e desburocratização

A implementação do Protocolo Digital representa um avanço significativo na redução da burocracia. O principal benefício é a autonomia concedida ao usuário externo, que não depende mais de horários de atendimento presencial para protocolar suas demandas.

Além da comodidade, a ferramenta traz ganhos expressivos em segurança e eficiência. O acesso é pa-

dronizado através do login único da plataforma Gov.br, o que garante a autenticidade da identificação de quem está protocolando. O sistema também utiliza os dados já existentes no cadastro do usuário para preencher automaticamente informações como nome, CPF e endereço, facilitando a etapa de identificação.

Para garantir a transparência do início ao fim do processo, o sistema oferece feedback imediato: assim que a solicitação é enviada ("Protocolar"), o número do protocolo é gerado e a confirmação é exibida instantaneamente na tela para o usuário, que pode visualizar a mensagem de sucesso e salvar o número do atendimento.

Como funciona

Ao acessar o módulo no Portal de Serviços, o usuário encontra duas opções principais:

- **Protocolo Geral:** Destinado a solicitações diversas e envio de documentação administrativa.
- **Apresentação de Defesa:** Função específica que permite anexar defesas referentes a autos de infração, indicando o número do auto e carregando as provas necessárias.

Internamente, a demanda é recebida pela Secretaria-Geral da AGR, que faz a conferência dos dados e distribui o processo digitalmente para a unidade técnica responsável pela análise.

Rede TransformaGOV realiza Oficina de Integração

A AGR recebeu, em outubro, uma equipe da Secretaria de Estado da Administração (Sead) para a realização da Oficina de Integração: Processos e Carta de Serviços, uma das ações do programa TransformaGOV. A atividade foi conduzida pelo gerente Henrique Hideaki Matsutani, da Carta de Serviços, e pela assessora Pâmella Martins Alves Santos, da Gerência do Escritório de Processos. Eles apresentaram metodologias voltadas à padronização, clareza e eficiência na comunicação com o cidadão.

Na abertura, a diretora de Gestão Integrada da AGR, Andrea Bonanato Estrela, destacou a relevância da iniciativa para o aprimoramento dos fluxos internos e da entrega de serviços públicos de qualidade. “Falar sobre processos é falar sobre pessoas. É olhar para dentro da instituição e encontrar formas mais inteligentes e humanas de servir”, afirmou.

Durante a oficina, os servidores da AGR participaram de dinâmicas voltadas à identificação, análise e

Foto: AGR



Sead e AGR: Simplificação da linguagem

atualização dos serviços ofertados, com foco na simplificação da linguagem e na transparência das informações. A ação fortalece o alinhamento entre a Carta de Serviços e a Cadeia de Valor do Estado, consolidando uma gestão mais integrada, eficiente e orientada ao cidadão.

Canvas de problemas e desafios

Foto: AGR



Atividade integrou o trabalho conjunto entre AGR e Sead

Em continuidade às ações da Rede TransformaGOV na AGR, foi realizada, também em outubro, uma reunião voltada ao desenvolvimento dos servidores, com foco nos Canvas de problemas e desafios. Participaram pela Agência, os servidores Sinnara Godoy e Helbert Maik Barros Neves, da Rede TransformaGOV da AGR, o diretor de Regulação e Fiscalização, Eduardo Henrique da Cunha, o gerente de Transportes, Delano Pádua Pacheco, a coordenadora de Fiscalização, Cristina da Rocha Zanin, e o fiscal André Luiz Sardinha Tavares.

A atividade integra o trabalho conjunto entre a AGR e a Secretaria de Administração (Sead), por meio da Superintendência de Inovação da Gestão Pública, representada pelo gerente de Inovação e Projetos de Gestão, Ricardo Castelo Branco, e pelas assessoras Márcia Helena de Castro e Tainá Tomé Freitas. A reunião evidencia o compromisso entre a AGR e a Sead em fortalecer a cultura de inovação e aprimorar a gestão pública em Goiás, com o apoio da Rede TransformaGOV.

A construção do novo marco legal da AGR



Breno Pereira da Silva
Chefe de Gabinete da Presidência da AGR

A Chefia de Gabinete da Presidência da AGR teve um papel de destaque na lapidação da nova lei da AGR, promovendo a participação de vários setores da administração pública estadual de forma a conferir ao dispositivo modernidade e adequação à legislação estadual e federal, consolidando as práticas regulatórias no estado. À frente desse trabalho, esteve o advogado e empregado público estadual Breno Pereira da Silva, que está na AGR desde 2011, onde já exerceu as funções de assistente jurídico, assessor de conselheiro, advogado, coordenador de Gestão Processual Administrativa da Procuradoria Setorial e de membro da Câmara de Julgamento por cinco mandatos. Nesta entrevista, Breno fala desse trabalho e da importância da Lei Ordinária nº 23.988/2025 para a regulação dos serviços públicos delegados em Goiás.

Em que momento se sentiu a necessidade de reformar a Lei da AGR?

Breno Pereira da Silva A Lei nº 13.569/1999 foi objeto de inúmeras alterações envolvendo as atribuições/competências da Agência, a estrutura organizacional do ente estatal, o funcionamento de seus órgãos colegiados, a investidura nos cargos de sua estrutura básica/diretiva, o processo e julgamento dos feitos administrativos, a forma de criação/alteração de normas regulatórias, a forma de custeio das atividades regulatórias com a instituição da Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização (TRCF), a imposição de sanção/penalidades aos eventuais transgressores da legislação correlata, dentre outras modificações.

Tratando-se de instrumento normativo complexo, e considerando as modificações desde 1999, referida lei apresentava pontos de conflito e até mesmo incongruências com o atual e moderno mister regulatório da Agência.

A título de exemplo, vale citar a normatização ultimada por meio da Lei Federal nº 13.848, de 25 de junho de 2019, que orientou o reordenamento das agências reguladoras no Brasil, a qual, embora esteja adstrita às agências reguladoras federais, constituiu importante paradigma normativo para o reordenamento das agências estaduais.

A necessidade de atualização legislativa foi motivada, ainda, pela superveniência de legislações recentes que impactaram de forma relevante a atuação regulatória em diferentes setores, tais como o novo marco legal do saneamento básico - que implicou a edição de lei estadual de regionalização do saneamento básico (Lei Complementar nº 182/2023) - e as normas regentes do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros que, assim como adotado na esfera federal, é objeto de delegação,

atualmente, sob o regime jurídico da autorização - o qual teve a constitucionalidade, após reiteradas discussões, declarada pelo STF em 2023 (ADI 5549).

Quais objetivos nortearam esse trabalho? O que se pretendeu alcançar?

BPS - Os mesmos motivos que orientaram o reordenamento normativo das agências federais também subsistiam nos estados federados, na medida em que a governança das Agências Reguladoras e a necessária segurança jurídica que deve permear suas atividades são cada vez mais exigidas por investidores privados internos e externos, assim como por toda a sociedade contemporânea.

O objetivo precípua que norteou todo o trabalho, portanto, foi promover uma reestruturação da legislação que rege a atuação da AGR, de maneira a torná-la mais adequada aos regramentos hodiernos e às melhores práticas regulatórias, observando-se as peculiaridades e o dinamismo de cada serviço público e/ou atividade econômica regulada.

Qual foi o papel da Chefia de Gabinete da AGR nesse início dos trabalhos?

BPS - A Chefia de Gabinete foi responsável, inicialmente, por coordenar o Grupo de Trabalho instituído para desenvolver as análises e ações necessárias para a preparação do anteprojeto de lei, que contou com a participação de representantes de diversas áreas da Agência.

Na prática, como foi esse processo?

BPS - O processo foi iniciado em setembro de 2023, com a constituição do citado Grupo de Trabalho a partir de Portaria editada pelo conselheiro presidente do Conselho Regulador da Agência, que, na oportunidade, recebeu a atribuição de estabelecer os objetivos, as metas e as ações



Integrantes do Grupo de Trabalho responsável pela formulação da nova legislação da AGR

necessárias em âmbito interno e externo, com vistas à formulação do anteprojeto de lei e demais expedientes legalmente exigíveis, a fim de que a proposta de ato normativo fosse adequada e oportunamente submetida à deliberação governamental, conforme exige a legislação.

Quando surgiu a necessidade de se buscar a colaboração de outras instituições da administração pública?

BPS - Em se tratando de uma agência reguladora multissetorial, com atribuição para regular, controlar e fiscalizar a prestação de serviços públicos de competência estadual delegados a terceiros por lei, concessão, permissão ou autorização, notadamente nas áreas de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, saneamento básico, energia elétrica, gás canalizado, além do uso ou exploração de bens e direitos pertencentes ou concedidos ao Estado de Goiás, a necessidade de interação com outros órgãos do Poder Executivo Estadual foi primordial, logo de início, para direcionar as ações do Grupo de Trabalho.

O anteprojeto de lei, no decorrer de sua extensa tramitação, contou com análises e contribuições de ordem técnica e sob critérios de conveniência e oportunidade, das secretarias de Estado da Administração, da Infraestrutura, da Economia, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e da Secretaria-Geral de Governo. No que importa aos aspectos jurídicos, os trabalhos foram orientados pela Procuradoria Setorial da AGR e, em sede conclusiva, pela Procuradoria-Geral do Estado.

Ainda, destaca-se a participação da Secretaria de Estado da Casa Civil, que exerceu papel fundamental no êxito de todo o processo, atuando sempre de forma diligente e cooperativa, de forma a viabilizar a deliberação governamental positiva e o consequente envio do projeto de lei à Assembleia Legislativa.

Quais eram os principais desafios e como eles foram enfrentados?

BPS - Os principais desafios consistiram em identificar as possíveis lacunas regulatórias, ainda existentes no

plano da regulação estadual, passíveis de adequação à realidade moderna, que demanda contínua adaptação a novos marcos legais implementados nos setores regulados.

Com o auxílio dos demais órgãos envolvidos, foi possível superar pontualmente os desafios que se apresentaram no decorrer do trâmite de elaboração da norma. A atuação interinstitucional, nesse aspecto, foi essencial.

O que a nova lei trouxe de novidade em relação à Lei de 1999 que criou a autarquia? Pode enumerar os principais pontos?

BPS - Dentre as alterações trazidas pela nova lei, destacam-se: a atualização de competências e da estrutura organizacional da Agência; a possibilidade de celebração de acordo de resultados ou termo de compromisso de ajuste de conduta, como alternativa para assegurar a normalidade dos serviços prestados e melhoria de desempenho; o funcionamento dos órgãos colegiados da Autarquia; a ampliação do processo de elaboração/alteração de normas regulatórias, com a inclusão de novas formas preliminares de participação social; adequação da metodologia da TRCF (remuneração da atividade regulatória); instituição de medidas facilitadoras para negociação de débitos junto à Agência, com a possibilidade de parcelamento de créditos tributários e não tributários em até 30 parcelas e descontos para pagamento voluntário antecipado.

Como você definiria esse novo marco legal da AGR?

BPS - A Lei nº 23.988, de 30 de dezembro de 2025, representa, na acepção do termo, um novo marco legal para a regulação estadual, ao passo que a AGR passa a ser direcionada por legislação moderna e compatibilizada com as melhores práticas regulatórias.

A implementação vai demandar algum tempo para adaptação ou ela já pode ser colocada em prática de imediato?

BPS - As disposições da nova lei são, no geral, de aplicabilidade imediata, ressalvadas situações específicas, cuja regulamentação tenha sido expressamente reservada ao chefe do Poder Executivo, via decreto, ou à própria Agência, via resolução.

De que forma ela pode impactar a regulação dos serviços públicos no estado de Goiás?

BPS - A nova lei fortalece sobremaneira a regulação dos serviços públicos no Estado de Goiás, prestigiando a autonomia técnica e decisória, a transparência e o controle social, representando um marco decisivo na consolidação do modelo regulatório estadual.

Seu advento, sem dúvidas, produzirá mudanças perceptíveis tanto na gestão interna da autarquia quanto na forma eficiente como o Estado deve se relacionar com os setores regulados.

A força-tarefa de saneamento: o impacto da regulação compartilhada na gestão direta em Goiás

Patrícia Silva Cáceres*

Lorena Patrícia de Oliveira**

Em 20 municípios goianos, a prestação direta dos serviços de saneamento básico pelo próprio titular ocorre em contextos marcados por limitações técnicas, financeiras e operacionais, o que amplia a exposição do serviço a riscos operacionais e regulatórios e demanda soluções institucionais compatíveis com o Marco Legal do Saneamento.

Relatórios de fiscalização realizada em dezembro de 2025 em municípios como Paranaiguara, Cachoeira de Goiás e Mossâmedes revelam um padrão de vulnerabilidades que se repete nesse grupo de autogestão. Neste contexto, a regulação deixa de ser uma atividade meramente burocrática para se tornar o agente indutor da qualificação da gestão necessária para que essas prefeituras alcancem as metas do Novo Marco Legal do Saneamento.

Para enfrentar a complexidade nesses 20 sistemas, foi instituída uma força-tarefa estratégica que materializa o conceito de regulação compartilhada, extrapolando-o, inclusive, no plano concreto porque a ação articulada envolveu não apenas as instâncias regulatórias, mas também órgãos setoriais como a Vigilância Sanitária (SES), a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvol-

vimento Sustentável (Semad) e as agências reguladoras (Amae e AGR), todas atuando em consonância com as diretrizes da política de saneamento básico.

Esse arranjo revela-se vital para a gestão direta dos serviços nesses municípios, ao articular competências complementares. A agência local (Amae), em razão de sua proximidade com os sistemas, com os operadores e com a realidade operacional dos municípios, aporta elevada robustez técnica, conhecimento aplicado e capacidade de resposta imediata às não conformidades identificadas. A agência estadual (AGR), por sua vez, atua de forma coordenadora, promovendo a harmonização regulatória, o alinhamento aos referenciais normativos estaduais e nacionais e a integração com os órgãos setoriais de saúde e meio ambiente. A atuação integrada desses entes assegura que a fiscalização transcenda o caráter meramente punitivo, configurando-se como instrumento estruturante de adequação institucional e operacional para as prefeituras.

Os trabalhos conduzidos no âmbito da força-tarefa permitiram identificar um conjunto de fragilidades estruturais recorrentes nos sistemas operados sob o modelo de gestão direta municipal. Entre os principais achados, destacam-se deficiências no funcionamento de unidades de tratamento de esgoto, incluindo a inoperância de lagoas de estabilização e a inexistência de medidas adequadas de

Fontes: AGR



Equipes de fiscalização nos municípios de Paranaiguara e Nova Roma





Fiscais das diferentes instituições que compõem a força-tarefa para verificar situação do saneamento em 20 municípios

isolamento físico das estações, o que compromete a segurança operacional e sanitária dessas instalações.

Também foi observada, em diferentes localidades, a ausência de procedimentos regulares de desinfecção da água nos pontos de captação e distribuição, associada à inexistência de sistemas de macromedição. Essa combinação limita significativamente o controle da qualidade da água ofertada à população, bem como a gestão de perdas e a eficiência operacional do serviço.

Adicionalmente, verificou-se o uso de infraestruturas obsoletas, como redes antigas de distribuição, e a ocorrência de práticas inadequadas de utilização da água tratada para fins distintos do abastecimento público, o que evidencia fragilidades na fiscalização municipal e na governança do uso do recurso hídrico.

Nesse cenário, a regulação assume papel central como motor de transformação da qualidade dos serviços prestados. A imposição de padrões técnicos mínimos — muitas vezes inexistentes ou desconhecidos no âmbito da gestão direta — passa a induzir melhorias concretas, especialmente no que se refere à segurança sanitária da água, à eficiência operacional dos sistemas e à proteção dos trabalhadores. Medidas como a implantação imediata de sistemas de cloração, a definição de rotinas de monitoramento laboratorial, a exigência de hidrometração e o combate sistemático às perdas estruturam o serviço em bases mais sustentáveis, transparentes e alinhadas ao interesse público.

Além disso, a atuação regulatória integrada contribui para o fortalecimento institucional das prefeituras, ao orientar adequações em infraestrutura, segurança do trabalho e capacitação técnica dos operadores. Dessa forma, a fiscalização deixa de ser um instrumento reativo e passa

a exercer função pedagógica e indutora de boas práticas, criando condições para que a gestão direta evolua de um modelo vulnerável para um arranjo minimamente seguro, eficiente e compatível com as exigências legais e sanitárias.

Nesse processo, a regulação compartilhada também se consolida como instrumento de proteção direta ao cidadão, ao assegurar que o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário ocorra em condições adequadas de qualidade, regularidade e segurança. Em municípios onde a prefeitura acumula as funções de titular, prestador e, muitas vezes, fiscal informal do serviço, a presença coordenada das agências reguladoras e dos órgãos setoriais é um elemento de equilíbrio institucional, reduzindo assimetrias técnicas e prevenindo a perpetuação de práticas inadequadas que impactam a saúde pública e o meio ambiente. Trata-se, portanto, de um arranjo regulatório que não apenas corrige falhas, mas preserva a dignidade da população atendida e reforça a função social do saneamento básico como política pública essencial.

A experiência analisada demonstra que a regulação compartilhada, quando articulada entre agências reguladoras e órgãos setoriais de saúde e meio ambiente, pode desempenhar papel decisivo na qualificação da gestão direta municipal. Ao transcender o enfoque meramente fiscalizatório, esse arranjo institucional contribui para a adequação técnica e operacional dos serviços, fortalecendo a capacidade dos titulares municipais de avançar na universalização do saneamento básico em consonância com o marco legal vigente.

**Gerente de Saneamento Básico da AGR*

***Assessora na Gerência de Saneamento Básico da AGR*

Encontro das Corregedorias do Estado de Goiás

Uma equipe da AGR participou, em 1º de outubro, da abertura do I Encontro das Corregedorias do Estado de Goiás, no auditório do Tribunal de Contas do Estado (TCE GO). O evento foi aberto pelo secretário-chefe da Controladoria-Geral do Estado (CGE), Marcos Tadeu, e teve a participação do subcontrolador do Sistema de Correição e Contas da CGE, Bruno Mendes Dias, da Subcontroladoria de Correição Administrativa da Controladoria Geral do DF, Ismara de Lima Roza Gomes; do secretário-chefe da Controladoria Geral de Belo Horizonte, Leonardo de Araújo Ferraz; e da delegada e superintendente Regional da Polícia Federal em Goiás, Marcela Rodrigues Vicente.

Pela primeira vez, o encontro integrou também os órgãos executivos dos municípios goianos.

Pela AGR, participaram, a diretora de Gestão Integrada, Andrea Bonanato Estrela; o coordenador de Monitoramento de Programas Institucionais, Hugo de Assis Furtado; Paulo Henrique Marques, da Gerência de Bens Desestatizados; e Ludmylla Satyuga Ferreira, da Gerência de Transportes.

Segundo o coordenador Hugo de Assis Furtado, o evento possibilitou compreender a evolução das ações de correição no Estado, desde a implementação do Programa de Compliance Público até a atualidade, com números de processos e demonstração da celeridade dos atos administrativos desenvolvidos, gerando economia de recursos financeiros e de tempo nos processos disciplinares.



Equipe da AGR no evento no TCE-GO

Resíduos sólidos

A AGR participou, no dia 15 de novembro, de reunião promovida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), em parceria com a Federação e a Associação Goiana de Municípios (FGM e AGM), para apresentação do andamento do estudo de modelagem para a prestação regionalizada dos serviços de resíduos sólidos urbanos no âmbito das Microrregiões de Saneamento Básico (MSBs).

Esses estudos vão subsidiar a fase definitiva do Programa Lixão Zero, instituído pelo Decreto Estadual nº 10.367/2023. O evento contou com a participação de representantes de cerca de 40 municípios, marcando um importante passo rumo à futura concessão regionalizada dos serviços, que deverão ser prestados com qualidade, eficiência e tarifas módicas, em benefício da população e do meio ambiente.

A gerente de Saneamento Básico da AGR, Patrícia Cáceres, destacou atribuições da agência reguladora na sua fala. “A regulação é responsável por estabelecer as normas da prestação dos serviços de resíduos sólidos urbanos, definindo critérios de qualidade, eficiência e tarifas módicas, para que o serviço chegue à população com segurança e equilíbrio econômico-financeiro para a concessão”, explicou.

A agência, segundo ressaltou a gerente, também fiscalizará o cumprimento dessas normas, assegurando que os contratos sejam executados com transparência e foco no interesse público. Pela AGR, participou ainda o especialista em Regulação, Alano Vieira da Silva Neto, da mesma gerência.

AGR na inauguração do terminal metropolitano em Senador Canedo

O presidente da AGR, Wagner Oliveira Gomes, participou, no dia 19 de dezembro, da inauguração das obras de reconstrução do Terminal Osvaldo Augustinho Cardoso, em Senador Canedo. Os investimentos do Governo de Goiás foram da ordem de R\$ 9,5 milhões e vão garantir mais conforto e segurança aos passageiros que utilizam a plataforma. As obras foram entregues pelo governador Ronaldo Caiado e pelo vice-governador Daniel Vilela.

A solenidade contou com a presença do secretário-geral de Governo, Adriano da Rocha Lima, de diretores da Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo (CMTC), entre outras autoridades e lideranças locais. O município é integrante da rede metropolitana de transporte coletivo. A AGR é responsável pelos estudos e pela definição dos índices de reajuste



O presidente Wagner Oliveira Gomes na entrega das obras do terminal, em Senador Canedo

da tarifa remuneratória do transporte metropolitano que define o subsídio do Estado e dos municípios que integram a rede metropolitana para custeio da operacionalização do sistema.

Campus Party 2025

A AGR esteve na Campus Party Goiás 2025, realizada de 19 a 22 de novembro, no Passeio das Águas Shopping, em Goiânia. Além do presidente Wagner Oliveira Gomes, que acompanhou a palestra do secretário-geral de Governo, Adriano da Rocha Lima, participou o coordenador de Acompanhamento de Programas Institucionais, Hugo de Assis, e o servidor da Gerência de Transportes, Lucas Lustosa Coelho, entre outros.

Com foco em Inteligência Artificial aplicada, a edição reuniu mais de 100 mil participantes entre es-

tudantes, profissionais, caravanas de cidades goianas e visitantes do público geral. A programação contou com oficinas, hackathons, desafios, competições, palestras com especialistas nacionais e internacionais e demonstrações de novas tecnologias.

A Campus Party Goiás se consolida como um dos maiores ambientes de inovação do país, aproximando governo, sociedade e setor produtivo em torno de temas que moldam o futuro digital de Goiás e do Brasil.

Educação Previdenciária

Uma equipe da AGR esteve no 1º Seminário de Educação Previdenciária do Estado de Goiás, realizado pela GoiásPrev, em parceria com a GoiâniaPrev. A Agência foi representada pela diretora de Gestão Integrada, Andrea Bonanato Estrela, que acompanhou o evento ao lado da gerente de Pensão e Direitos Civis da GoiásPrev, Kelly de

Rezende, da diretora de Previdência da GoiásPrev, Milena Dias e da diretora Administrativo-financeira da Goiás Fomento, Lara Garcia Borges.

No seminário, foram discutidas práticas sustentáveis, o aprimoramento da gestão e a importância de se consolidar uma cultura previdenciária sólida no serviço público.

Cúpula Goiás

A AGR esteve, no dia 8 de dezembro, na Cúpula Goiás 100% Transparente, promovida pela Controladoria-Geral do Estado (CGE). A cerimônia marcou o reconhecimento da Atricon ao Estado de Goiás, que novamente alcançou desempenho máximo nos indicadores nacionais de transparência.

Durante a abertura, o superintendente da CGE, Junior José Costa, ressaltou que o resultado reflete o esforço conjunto dos órgãos estaduais. Ele destacou que o bicampeonato em transparência só foi possível graças ao trabalho permanente das instituições e à cooperação construída ao longo dos anos no âmbito do Prêmio Goiás Transparente.

Participaram pela AGR, o presidente Wagner Oliveira Gomes, a diretora de Gestão Integrada Andrea Bonanato Estrela e o coordenador de Programas Institucionais Hugo de Assis, para quem a Agência mantém compromisso contínuo com as diretrizes de transparência da CGE. Segundo ele, alcançar novamente todos os critérios avaliados demonstra o empenho da AGR em contribuir de forma efetiva para o resultado alcançado pelo Estado.

Foto: AGR



AGR na Cúpula Goiás 100% Transparente

Estação de Tratamento de Água (ETA) de Anápolis

A AGR participou, no dia 20 de dezembro, da inauguração das obras de ampliação da Estação de Tratamento de Água (ETA) de Anápolis. O investimento de R\$ 53 milhões duplicou a capacidade de produção de água tratada, que passou de 800 para 1.600 litros por segundo. As obras da Saneamento de Goiás S/A (Saneago) foram entregues pelo governador Ronaldo Caiado e pelo vice-governador, Daniel Vilela, na presença de autoridades estaduais e locais.

A nova infraestrutura já estava em funcionamento desde a segunda quinzena de novembro, para proporcionar a realização de ajustes operacionais, aumentando sua produção gradativamente. A nova ETA iniciou operando com dois terços da sua capacidade, em conjunto com a estação anterior. Com 100% da população atendida com água tratada, o terceiro maior município do estado de Goiás conta com abastecimento de água universalizado.

O serviço beneficia 400 mil pessoas, por meio de 2.170 quilômetros de redes de distribuição. Pela AGR, participaram da inauguração a gerente de Saneamento, Patrícia Silva Cáceres, e os assessores daquela Gerência, Lorena Patrícia de Oliveira e Cláudio Rodrigues da Silva, e a estagiária Gisele Danese Maciel. Estavam presentes, também, o presidente da ARM de Anápolis, Paulo Vitor Gonçalves Marques, e o diretor Jurídico, Marcos Samuel Matos Bonfim.

Foto: Lucas Diener/Secom



ETA de Anápolis com capacidade duplicada após ampliação

Mapeamento estadual de demanda de energia

O presidente da AGR, Wagner Oliveira Gomes, e o assessor da Presidência, Thiago Nepomuceno, participaram, em 9 de dezembro, do workshop Goiás Demanda, promovido pela Secretaria-Geral de Governo, para apresentação dos resultados do Mapeamento Estadual de Demanda de Energia, além dos estudos sobre o atendimento energético no Vale do Araguaia.

O encontro também trouxe orientações sobre o uso de incentivos fiscais para novas conexões no Estado.

Segundo Thiago Nepomuceno, a participação da AGR no evento visou fortalecer a participação no debate sobre a demanda de energia elétrica no estado de Goiás, de forma que o diagnóstico realizado pela SGG e as contribuições da sociedade, especialmente do setor produtivo, externadas no evento, pautarão o diálogo institucional com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Foto: AGR



AGR no workshop Goiás Demanda, promovido pela SGG

Confraternização do Goiás Social

Foto: AGR



Equipe da Ouvidoria da AGR com a primeira-dama Gracinha Caiado

A equipe da Ouvidoria Setorial da AGR participou, na primeira semana de dezembro, no Palácio das Esmeraldas, da confraternização dos servidores dos órgãos que integram o programa Goiás Social, do Governo de Goiás. Em 2025, foram realizadas 29 edições do programa, que é referência em política social para o país, totalizando 70 dias de atividades itinerantes.

A AGR participou de todas as edições, com a sua unidade móvel para atender os usuários dos serviços de

saneamento, energia e transporte de passageiros. No total, foram 2.085 atendimentos diretos aos cidadãos, além de levar informações sobre direitos e deveres no que se refere aos serviços públicos regulados, como tarifa social de energia, o programa Água Social, ressarcimento de danos elétricos, água verde ou segundo hidrômetro, gratuidade no transporte de passageiros para pessoas idosas ou com deficiência e outros.

Os municípios visitados pela AGR no Goiás Social foram: Goiânia, Inhumas, Aparecida de Goiânia, Niquelândia, Porangatu, Anicuns, Padre Bernardo, Abadia de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Jussara, Bela Vista, Goianésia, Valparaíso, Catalão, Acreúna, Uruaçu, Formosa, Guapó, Aragarças, São Miguel do Araguaia, Itaberaí e Santa Helena. Foram visitados ainda municípios da Região do Entorno do Distrito Federal: Planaltina, Novo Gama, Luziânia, Cidade Ocidental, Cristalina e Águas Lindas.

No total, 18 órgãos formam a grande rede social de ações voltadas à cidadania e ao bem-estar da população goiana no contexto do programa Goiás Social.

Boas-vindas aos Jovens Aprendizes

A Diretoria de Gestão Integrada e a Gerência de Gestão Institucional (GGI) reuniram, no dia 6 de outubro, os jovens aprendizes que estão na AGR para um momento de acolhida e escuta, no auditório do edifício-sede. O presidente da autarquia, Wagner Oliveira Gomes, deu as boas-vindas aos adolescentes e falou da importância do primeiro trabalho, convidando os jovens a aproveitarem ao máximo a experiência na AGR, a começar pela disciplina, disciplina de horário, o relacionamento com os colegas, relacionamento com os gerentes.

Ele destacou também a importância da continuidade dos estudos para o futuro deles. A diretora de Gestão Integrada, Andrea Bonanato Estrela, falou que a proposta da AGR é de muita inovação e que se eles tiverem interesse em aprender, a AGR está aberta a gerar oportunidades para eles aprenderem. Ela informou sobre os cursos da Escola de Governo em todas as áreas, entre outras plataformas, como a Enap, para eles se aprimorarem, caso queiram.

O gerente de Gestão Institucional, Alexandre Ferraz, destacou a importância do programa para os jovens aprendizes que começam a trabalhar em equipe, a lidar com pessoas diferentes e a descobrir as habilidades que possuem. Em palestra sobre gestão do tempo e autoco-

nhecimento “Descobrimo quem eu sou – um olhar para dentro”, a psicóloga Thaís Camilo, coordenadora da Rede de Pessoas na AGR, apresentou aos jovens a necessidade de uma atenção para com eles mesmos, de como lidar com emoções, como conciliar escola e trabalho, como manter um bom convívio familiar, entre outros pontos. A colaboradora Jaqueline Martins Rosa, da GGI, também participou do evento.

Foto: AGR



Jovens Aprendizes são apresentados à AGR

Fiscalização em Buriti Alegre

Foto: AGR



A gerente de Saneamento Básico, Patrícia Cáceres, e o técnico em Regulação, Alano Vieira da Silva, em Buriti Alegre

Uma equipe da Gerência de Saneamento da AGR esteve, no início de outubro, em Buriti Alegre, onde se reuniu com gestores da Prefeitura Municipal para apresentar os resultados de fiscalizações realizadas nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário

do município. Dos termos de notificação emitidos pela AGR à época das vistorias, foi informado que quase todos foram cumpridos, restando apenas dois ainda em andamento e que foram acompanhados.

Dessa reunião, participaram o secretário de Controle Interno, Ianco Naves, o secretário de Gabinete, Ronaldo Cândido, o advogado procurador do município, Jarmes Alves, e o engenheiro civil da prefeitura Flávio Guerra. Durante a visita ao município, a gerente de Saneamento, Patrícia Cáceres, e equipe realizaram uma fiscalização comercial no escritório de atendimento presencial da empresa Buriti Alegre Ambiental, prestadora dos serviços, buscando entender melhor e atender cada vez mais as demandas da população.

AGR recebe secretária de Projetos Especiais da Alego

A AGR recebeu, no dia 15 de outubro, a visita institucional da secretária de Projetos Especiais da Assembleia Legislativa (Alego), doutora Cristina Lopes Afonso, que esteve acompanhada da psicóloga e coordenadora do Grupo Reflexivo para Mulheres, doutora Carmen Lupianez, da advogada e assessora da Procuradoria Especial da Mulher, doutora Lara Barros, e da assessora executiva da Secretaria de Projetos Especiais, Ellen Cristina Paulino.

O encontro foi promovido pela conselheira da AGR, Maria Sílvia de Lima Hatschbach, que integrou a Alego antes de ingressar na AGR. A reunião possibilitou a apresentação de trabalhos desenvolvidos pela autarquia e um diálogo sobre o combate à violência contra a mulher. Durante a conversa, foram discutidas possíveis parcerias entre a AGR e a Alego para o desenvolvimento de campanhas conjuntas sobre o tema.

Foto: AGR



AGR e Alego discutem parcerias em campanhas sobre violência contra a mulher

Pela AGR, participaram do encontro o presidente Wagner Oliveira Gomes, a diretora de Gestão Integrada, Andrea Bonanato Estrela, o diretor de Regulação e Fiscalização, Eduardo Henrique da Cunha, o conselheiro Paulo Tiago Toledo Carvalho, o gerente de Gestão Institucional, Alexandre Ferraz, e integrantes dos gabinetes dos conselheiros.

Biblioteca da Escola de Governo

Foto: AGR



Jaqueline Martins Rosa, da GGI, na biblioteca itinerante na AGR

A AGR recebeu, no dia 7 de outubro, a biblioteca itinerante da Escola de Governo, a convite da Gerência de Gestão Integrada (GGI). Durante todo o dia, foram disponibilizados títulos de literatura brasileira e estrangeira, de administração pública, psicologia, governança, planejamento estratégico, clima organizacional, gestão de pessoas e outros.

Para o atendimento aos colaboradores, estiveram na AGR as servidoras Kariny de Almeida e Luciana Marinho Aguiar. Os interessados nos empréstimos assinaram termo de responsabilidade e ficam com os livros por 30 dias. A Biblioteca Itinerante da Escola de Governo é realizada sempre na primeira e na terceira semana de cada mês e tem por objetivo facilitar o acesso à leitura aos servidores da administração estadual, sem a necessidade de deslocamento até a sede da Escola de Governo.

O acervo da biblioteca hoje é de 500 títulos e cerca de 700 exemplares que estão sempre em rodízio para empréstimos. Só em 2025, as ações itinerantes atenderam servidores das secretarias de Administração, Segurança Pública, Esporte e Lazer e Ciência e Tecnologia, além da Goiás Previdência e da Polícia Militar de Goiás.

Entrega de distintivos a fiscais do transporte

A AGR promoveu, no dia 24 de novembro, uma reunião no auditório do edifício-sede da Agência para tratar da modernização das ações de fiscalização do transporte intermunicipal em Goiás, incluindo a entrega de novos distintivos de identificação aos fiscais.

Durante o encontro, o presidente Wagner Oliveira Gomes destacou que modernizar a fiscalização é essencial para garantir um transporte mais seguro e regular. Com novos equipamentos, identificação adequada da equipe e uso de inteligência operacional em parceria com PM, PRF e ANTT, a AGR avança no combate ao transporte irregular. E com a abertura de novos chamamentos públicos, incentiva investimentos, ampliação da oferta e melhorias contínuas para os usuários do transporte intermunicipal.

Participaram da reunião, além do presidente Wagner Oliveira Gomes, o diretor de Regulação e Fiscalização, Eduardo Henrique da Cunha, a diretora de Gestão Integrada, Andrea Bonanato Estrela, o gerente de Gestão Institucional, Alexandre Ferraz, o gerente de Apoio Ad-

Foto: AGR



Durante o encontro, fiscais receberam novos distintivos

ministrativo, Gustavo Esteves Kossa, o gerente de Transportes, Delano Pádua Pacheco, a coordenadora de Fiscalização de Transportes, Cristina Zanin, o coordenador de Inteligência Fiscalizatória, Pedro Quermes, e a equipe de fiscalização da Gerência de Transportes.

Combate ao transporte clandestino

Em operação que contou com o apoio das forças de segurança do estado de Goiás, a AGR e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) realizaram, de 13 a 19 de outubro, uma operação de combate ao transporte clandestino de passageiros em linhas intermunicipais e interestaduais. O trabalho teve como base a região próxima ao Terminal Rodoviário de Goiânia e resultou em 33 apreensões de veículos que transportavam passageiros de forma irregular fazendo trechos como o de Goiânia a Brasília.

Os veículos foram removidos a pátios públicos credenciados, o que resultou em multa e obrigação dos condutores ao pagamento da remoção e também da permanência dos veículos no pátio. Na operação, os fiscais das agências parceiras identificaram condutores que aliciavam passageiros e que foram conduzidos à Central de Flagrantes pelas forças policiais. No total, houve cinco prisões.

Fotos: AGR



Mais de 30 apreensões de veículos e 5 prisões

Gerência de Bens Desestatizados

Vistoria Hospital Cora

A equipe da Gerência de Bens Desestatizados realizou, no dia 10 de novembro, uma vistoria técnica no Complexo Oncológico de Referência do Estado de Goiás (Cora), em Goiânia. Durante a ação, foram percorridos os três andares da edificação, incluindo ambientes em funcionamento e áreas em fase final de implantação, com foco na verificação das condições estruturais e de conservação do imóvel.

O Cora integra a ação fiscalizatória da AGR por se tratar de uma unidade de saúde estadual com gestão delegada à Fundação Pio XII, a mesma instituição responsável pelo Hospital de Amor, em Barretos (SP). Essa atividade faz parte do trabalho contínuo da AGR na fiscalização de bens públicos desestatizados, garantindo o acompanhamento técnico das condições físicas dos imóveis pertencentes ao Estado de Goiás e sob gestão de terceiros.

Participaram da vistoria, a gerente Gabriella Queiroz Brito e o engenheiro civil Glenn Oliver Canedo Mereb, acompanhados pela equipe do hospital, representada por Marco Aurélio dos Santos e Letícia Pereira Chagas.

Foto: AGR



Engenheiro Glenn Oliver Canedo Mereb registrando as condições da infraestrutura no Hospital Cora

Campanha Natal Solidário

A AGR participou da ação de natal promovida pelo grupo Irmão Amigo, na comunidade Rosa dos Ventos, em Aparecida de Goiânia. O gerente de Gestão Institucional da AGR, Alexandre Ferraz, e a servidora da Gerência, Mônica Urbano, ajudaram a preparar o evento, sendo recebidos pelo servidor da Gerência de Transportes, João Pedro Marques, que também integra o grupo Irmão Amigo e intermediou a colaboração da Agência na referida ação, coordenada por sua esposa Irenilda Cândido Gomes Ribeiro.

Ao longo de dezembro, a AGR mobilizou doações destinadas à entidade, que atua no apoio a famílias em situação de vulnerabilidade. As contribuições ajudaram a viabilizar a entrega de brinquedos, lanches e atividades para as crianças da comunidade, reforçando o espírito solidário da iniciativa.

O evento reuniu as crianças de famílias que vivem na comunidade Rosa dos Ventos e que são assisti-

Foto: AGR



Grupo Irmão Amigo na distribuição de brinquedos a crianças da comunidade

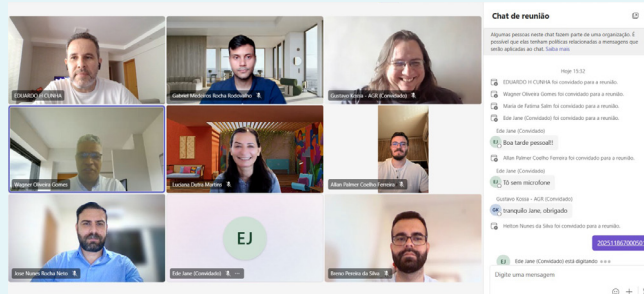
das pelo Grupo Irmão Amigo, e contou com a presença do Papai Noel, que distribuiu presentes e muito carinho a todas as crianças. A participação da AGR é parte do compromisso institucional em participar e promover ações de responsabilidade social que fortaleçam laços com a população e demonstrem o papel humano que também compõe a atuação da Agência.

Aquisições para 2026

A AGR realizou, no dia 23 de dezembro, uma reunião para tratar do planejamento de aquisições de 2026, verificando itens e valores de Tecnologia da Informação e Ex-TI. Nesse primeiro momento, foi construída uma visão geral sobre a apuração das equipes nas várias unidades e uma prévia dos valores. A partir disso, é feito o planejamento de prioridades.

Participaram da reunião, o presidente da AGR, Wagner Oliveira Gomes, o chefe de Gabinete, Breno Pereira da Silva, o diretor de Regulação e Fiscalização, Eduardo Cunha, o diretor de Gestão Integrada em substituição, Gustavo Esteves Kossa, a gerente de Tecnologia, Luciana Dutra Martins, o gerente de Contabilidade, Allan Palmer,

Foto: AGR



Reunião de planejamento foi feita de forma remota

e equipes da Gerência de Apoio Administrativo, de Tecnologia e de Contabilidade. Nessa reunião foi também deliberada a fase inicial de preenchimento do PCA 2026 da AGR.

Planejamento estratégico

A AGR realizou, no dia 19 de dezembro, a reunião de monitoramento do Planejamento Estratégico (PE) da Agência relativo ao mês de novembro, já com o olhar nas metas para 2026. Em 2025, foram feitos 18 encontros e oficinas de revisão e alinhamento de metas com diretores, gerentes e coordenadores responsáveis pelos indicadores estratégicos.

Disponível no site da AGR, o Planejamento Estratégico tem sido um instrumento efetivo para a tomada de decisões no âmbito da Agência. De acordo com o presidente Wagner Oliveira, os resultados são visíveis, como a expansão da capacidade de atuação, o aumento do quadro de servidores, os investimentos em infraestrutura e tecnologia, as parcerias, além do marco histórico da autonomia financeira, conquistada em 2024.

O documento contém 16 objetivos estratégicos distribuídos em quatro eixos: Regulação e Fiscalização, Finanças, Processos e Pessoas. No segundo semestre de 2025, a AGR incorporou a esse trabalho a definição de metas trimestrais, que possibilitam um alinhamento melhor das metas, contribuindo para a pontuação da Agência no Programa de Compliance Público do Estado de Goiás.

A reunião foi conduzida pelo presidente Wagner Oliveira Gomes e contou com a participação do coordenador de Monitoramento de Programas Institucionais, Hugo de Assis Furtado, e dos diretores de Regulação e

Fotos: AGR



Planejamento Estratégico exige reuniões frequentes de acompanhamento

Fiscalização em exercício, Delano Pádua Pacheco, e de Gestão Integrada em exercício, Gustavo Esteves Kossa, de gerentes e coordenadores de áreas.

AGR realiza palestra sobre transgressões disciplinares

Conselheira e diretora detalham Lei 20.756/2020, destacando que conhecer as normas é a melhor forma de se trabalhar com segurança e evitar penalidades

Foto: AGR



A conselheira Maria Silva Hatschbach e a diretora Andrea Bonanato com os organizadores do evento, Hugo de Assis e Monica Urbano

O Escritório de Compliance e o Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação (AGR) promoveram, como parte do prêmio “Ética e Responsabilidade” do Programa de Compliance Público (PCP), palestra sobre transgressões disciplinares para os servidores. O objetivo foi esclarecer os deveres, as proibições e os procedimentos que regem a conduta dos servidores públicos do Estado de Goiás, visando um ambiente de trabalho mais seguro e ético.

A proposta do evento foi apresentar de forma didática o regime disciplinar, que ocupa parte significativa do Estatuto do Servidor Público (Lei 20.756/2020), sancionado para substituir a antiga legislação de 1988. A palestra foi conduzida pela conselheira Maria Silva de Lima Hatschbach e pela diretora de Gestão Integrada, Andrea Bonanato Estrela, ambas com profundo conhecimento sobre o tema.

Para a diretora Andrea Bonanato, o regime disciplinar é fundamental para afastar a pessoalidade e garantir que a apuração de uma transgressão ocorra de forma ética e justa. “O procedimento disciplinar com regras claras de instalação, relatório e julgamento, afasta aquela questão de ‘se é meu amigo, pode fazer’ ou de perseguição. Ele existe para prever a conduta, mas também para que a apuração seja feita de forma impessoal”, afirmou.

Na sua fala, a conselheira Maria Silvia destacou que o conhecimento das normas serve para dar mais

segurança ao servidor, e não para intimidá-lo. “Quanto mais conhecimento temos da lei, do que é nosso dever e do que é proibido, mais fácil e seguro fica para trabalhar. A norma existe, mas há uma equipe enorme aqui na AGR para proteger vocês. Sintam-se acolhidos para expor suas dificuldades, pois isso também é um dever previsto em lei”, explicou, citando a obrigação de se comunicar aos superiores sobre dificuldades no empenho das funções.

Dentre os deveres apresentados, destacam-se o zelo pelo patrimônio, a urbanidade no trato com as pessoas, a obediência às ordens hierárquicas e a obrigação de representar contra irregularidades presenciadas. Já entre as proibições, foram citadas condutas como perturbar a ordem na repartição, trabalhar mal intencionalmente, recusar-se a integrar comissões de trabalho e o uso de recursos públicos para fins pessoais.

Ao final, como recado aos servidores, as palestrantes reforçaram a necessidade de conversas mais frequentes sobre o tema, salientando que a melhor forma de executar o serviço e evitar penalidades é ter conhecimento da lei, tirando dúvidas sempre que necessário para trabalhar com mais segurança. Segundo afirmaram, para quem não é da área jurídica, ter pessoas que possam simplificar e explicar a legislação é visto como algo extremamente válido e precioso.

Sipat da AGR promove conversas sobre segurança, respeito e saúde

Realizada de 7 a 10 de outubro no auditório do edifício-sede, semana possibilitou apresentações e rodas de conversa sobre temas do dia a dia, reforçando a importância do cuidado preventivo

Fotos: AGR



Fotos: AGR

A equipe da Cipa/Sesmt promoveu a Semana Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio no Trabalho (Sipat) na Agência Goiana de Regulação (AGR). O evento, realizado de 7 a 10 de outubro no auditório do edifício-sede, teve o apoio da Diretoria de Gestão Integrada (DGI) e da Gerência de Gestão Institucional (GGI). Na palestra de abertura, o inspetor Newton Moraes, da Polícia Rodoviária Federal (PRF) falou sobre os cuidados que se deve ter no trânsito para a preservação da vida.

O presidente da AGR, Wagner Oliveira Gomes, abriu o evento destacando a importância do assunto. “É um tema de grande interesse, considerando que a condução de veículos é uma das nossas atividades de maior risco. O conhecimento sobre direção defensiva é essencial, tanto no trabalho quanto na vida pessoal”, afirmou.

A palestra “Direção defensiva na rodovia e no ambiente urbano”, feita pelo inspetor Newton Moraes, da PRF, focou em mostrar atitudes preventivas e práticas de segurança que ajudam os motoristas a protegerem a si mesmos e aos outros. Ele usou o seu conhecimento para chamar a atenção dos participantes, mostrando como ati-



tudes simples, como não usar o celular e respeitar a sinalização, podem evitar acidentes graves.

Em vez de apenas apontar erros, ele convidou todos para uma reflexão sobre o próprio comportamento ao volante, terminando com um chamado inspirador: “Precisamos ser mais humanos e mais humildes pra fazer o trânsito e a vida melhores para todos”. A palestra mostrou que a segurança é uma responsabilidade de todos, baseada no respeito.



A mediação de conflitos e a busca por um ambiente de trabalho harmônico

O segundo dia na Sipat 2025 foi dedicado a uma Roda de Conversa sobre Assédio Sexual e Moral que explicou o trabalho da comissão de mediação da AGR, composta pelo gerente de Gestão Integrada, Alexandre Ferraz, pela servidora da Procuradoria Setorial, Joelma Inara Bueno, e pelo ouvidor adjunto, Carlos Júlio dos Santos.

Os palestrantes mostraram que a função do grupo é atuar para resolver os problemas antes que eles virem um processo oficial, buscando soluções amigáveis para os desentendimentos do dia a dia. Foi esclarecido que a comissão não trata de denúncias de as-



sédio ou agressão física, que têm outros canais para serem resolvidas, mas sim de questões como a clássica “briga pelo ar-condicionado”.

A mediação busca ouvir as partes sem tomar partido, como afirmou uma das integrantes do comitê de mediação, a assessora jurídica, Joelma Inara Bueno. “A nossa função é ouvir cada uma das partes; é importante que as duas ou mais partes queiram chegar a uma conclusão. Se uma delas não quiser, a gente não pode continuar”, disse.

O objetivo da comissão é evitar desgastes e humanizar as relações, mostrando a importância do diálogo para um ambiente de trabalho saudável.

A saúde em pauta com prevenção e informação

O terceiro dia foi voltado para os cuidados com a saúde física. A enfermeira Micaele Nascimento da Silva Amorim e a estudante de enfermagem Daniela Cardoso conduziram um encontro sobre controle da pressão arterial e prevenção do diabetes. Além da conversa, uma equipe do curso de enfermagem da Faculdade Estácio esteve na AGR medindo a pressão dos participantes, unindo o conhecimento com a prática.



O autocuidado como ato de presença - encerrando a semana com o Outubro Rosa

O último dia do evento teve um forte apoio da diretoria. Mesmo participando do evento Goiás Social em Guapó, o presidente da AGR, Wagner Oliveira Gomes, e a diretora de Gestão Integrada, Andrea Bonanato Estrela, participaram do encerramento de forma remota.

Em suas mensagens, eles deram ênfase ao compromisso da Agência com a saúde e o bem-estar das mulheres. A palestra de encerramento foi um convite para pensar na saúde mental e no autocuidado. Com uma fala sensível e marcante, a psicóloga Karla Lopes Borges usou o tema do Outubro Rosa para falar de um cuidado muito maior. “Hoje nós estamos aqui em apoio ao Outubro Rosa. Mas não é para falar de doença, é para falar de vida”, começou.

Ela desafiou a ideia de que é preciso “dar conta de tudo” e criticou a vida acelerada que nos impede de ouvir a nós mesmos. “O cuidado começa por um movimento que é interno”, afirmou, explicando como o corpo dá sinais que muitas vezes ignoramos. Karla usou uma expressão goiana para explicar melhor: “Quantos aqui acordaram com ‘um trem’ hoje? O trem, gente, é ignorar os sinais do nosso corpo. Não existe trem, dá nome. Eu tô com angústia, eu tô com medo, eu tô ansiosa, eu tô triste”.



A psicóloga Karla Lopes Borges e servidores da AGR encerrando a Sipat 2025

A psicóloga contou uma experiência pessoal de ter desmaiado em um voo por cansaço, um exemplo forte de como o corpo nos para quando não paramos por conta própria. A mensagem final foi um chamado para a ação: “O nosso lugar é o primeiro lugar. Eu só posso fazer tudo isso para os outros quando eu fiz por mim primeiro. Cuidar é estar presente para si mesmo. Essa é a mensagem que eu quero deixar para vocês. Sejam presentes para vocês primeiro”.

Um compromisso com o cuidado

Ao final dos quatro dias, a Sipat da AGR se mostrou um verdadeiro compromisso com o cuidado completo do servidor. A semana, que começou com a segurança nas ruas, passou pelas relações no trabalho e pela saúde do corpo, e terminou com uma conversa profunda sobre a saúde mental de cada um.

O evento mostrou que temas diferentes, no fundo, estão todos ligados pela valorização da vida. A mensagem deixada aos colaboradores é que a prevenção é uma atitude diária, que acontece tanto no trânsito quanto numa conversa com um colega, e principalmente, ao ouvir os sinais do próprio corpo. A Sipat da AGR buscou transformar, mostrando o compromisso da agência com um ambiente de trabalho mais seguro, consciente e, acima de tudo, mais humano.

Oportunidades

Para a presidente da Cipa, Thaís Camilo, a semana foi produtiva, trazendo temas importantes que agregaram muito aos servidores. Foi, segundo destacou, uma oportunidade para a AGR divulgar os esforços no sentido de acolher os servidores em todas as situações adversas,

como no caso de diagnósticos de câncer, em que a Agência se coloca prontamente para acolher psicologicamente e acompanhar o tratamento.

Jeremias Borges Vieira, do Sesmt na AGR, observou que, em 2025, o trabalho conjunto da Cipa e do Sesmt tem apresentado importantes resultados, entre eles a adoção de medidas preventivas de acidentes no edifício--sede, com a preparação de orientações sobre como lidar com situações de riscos, como a de casos de incêndio, em que o servidor encontra ao lado da escada orientações sobre como lidar com pânico e outras intercorrências. Quanto à Sipat, Jeremias destacou a escolha dos temas tratados como fundamentais para os colaboradores.

Segundo a vice-presidente da Cipa, Mônica Urbano Braga, os temas foram realmente relevantes, como o do assédio sexual e moral e a prevenção ao câncer com foco no psicológico, além de serviços aos servidores, como aferição de pressão, cuidados com a pele e outros. Ela lembrou que em todos os dias de evento o auditório ficou lotado, com grande participação dos colaboradores.

Os demais membros da Cipa, Kezia Daiane Dias Nunes, Paulo Henrique Oliveira Marques e Marcela de Oliveira Faleiro, participaram do evento.

Colaboradores da AGR participam de Jogos dos Servidores Estaduais de Goiás

Competição transformou o esporte em um instrumento de convivência, bem-estar e valorização no serviço público

A Agência Goiana de Regulação (AGR) participou da fase final da segunda edição dos Jogos dos Servidores Estaduais de Goiás 2025, realizada entre os dias 7 e 9 de novembro, no Sesi Multiparque, em Goiânia. O evento, promovido pelo Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (Seel) e da Secretaria de Estado da Administração (Sead), reuniu cerca de 1,5 mil servidores de diferentes órgãos estaduais, em disputas que uniram desempenho, cooperação e espírito coletivo.

A AGR esteve representada por 17 colaboradores, que competiram nas modalidades vôlei de areia masculino e feminino, vôlei de quadra misto, futebol society e corrida de rua de 5 km.

Servidores participantes da AGR: Aklis Esser Carvalho Oliveira, Alexandre Márcio Ferraz de Lima, Allan Palmer Coelho Ferreira, Breno Pereira da Silva, Gustavo Esteves Kossa, João Marques Ribeiro Filho, Joelma Inara Bueno, Lorena Patrícia de Oliveira, Lucas Lustosa Coelho, Marco Antônio Silva Santos, Mônica Urbano Braga, Rafael Barbosa de Carvalho, Rafael Bueno Duarte, Suelton Costa Feitosa, Thiago Pires Peixoto, Vitória Rodrigues Sgamati e Cristina da Rocha Zanin.

Espírito de equipe e aprendizado

O gerente de Gestão Institucional Alexandre Márcio Ferraz de Lima, que coordenou e organizou a participação dos servidores da AGR no evento, destacou o clima de colaboração que marcou a presença da Agência. “Contamos com o apoio de colegas de outros órgãos, como SGG, Sead e Retomada. Essa soma de esforços deu sentido à experiência. O esporte nos mostrou o quanto o serviço público é, por natureza, coletivo”, afirmou.

Representando a AGR no futebol society, o chefe de Gabinete Breno Pereira da Silva avaliou a vivência como um exercício de convivência e integração. “Estivemos em grupo, cerca de dez colegas, compartilhando momentos de lazer e de troca. No campo, a gente se conhece de outro jeito, isso muda as relações e fortalece o trabalho em equipe”, contou.

A AGR também teve destaque nas provas individuais. Os servidores João Marques Ribeiro Filho e Cris-

Foto: Divulgação



Fase final em Goiânia consolidou evento como importante para a valorização do funcionalismo estadual

tina da Rocha Zanin conquistaram o segundo lugar na corrida de 5 km, cada um em sua categoria. “Cuidar do corpo é cuidar da mente. Tenho 60 anos e sigo praticando esportes com prazer. Participar representando a AGR me deu orgulho e motivação para seguir nesse caminho e inspirar outros colegas”, relatou João, que também competiu no futevôlei e no vôlei de quadra.

Movimento que gera pertencimento

A edição 2025 dos Jogos dos Servidores contou com quatro etapas regionais, Campos Belos, Caldas Novas, Jaraguá e Região Metropolitana de Goiânia, e reuniu servidores de todas as regiões do estado. A fase final, em Goiânia, consolidou o evento como um dos mais significativos da agenda de valorização do funcionalismo público estadual.

O servidor João Marques sugeriu que a AGR mantenha viva a prática esportiva internamente. “Seria interessante criarmos grupos de corrida, vôlei ou pedal. Além de promover saúde, isso aproxima as equipes e nos prepara para futuras edições dos jogos”, propôs.

Entre acordes e processos: como a cultura e o estudo moldam a vocação de servir

Gustavo Esteves Kossa, gerente de Apoio Administrativo da AGR, une a estratégia da gestão pública à sensibilidade artística em uma jornada marcada pela busca constante por conhecimento e pelo valor do trabalho coletivo

Fotos: AGR e arquivo pessoal



O Gustavo Kossa, servidor público, gerente de Apoio Administrativo da AGR

Há uma dualidade fascinante que define Gustavo Esteves Kossa. Ele se descreve como um “tímido extrovertido”, alguém que transita entre a introspecção necessária para o estudo profundo e a sociabilidade exigida pela gestão. Essa característica não é apenas um traço de personalidade, mas a síntese de uma vocação que equilibra o rigor da lei e a fluidez da arte. Para Gustavo, o serviço público não é apenas uma carreira, mas um espaço de realização que permite servir ao senso comum enquanto sustenta uma vida interior rica, movida pela música, pela filosofia e pela história. Sua trajetória prova que a eficiência administrativa e a sensibilidade humana não são opostos, mas acordes complementares na partitura de uma vida dedicada ao aprendizado.

A caminhada profissional de Gustavo começou longe dos escritórios, em um ambiente que exigia paciência e estratégia: o tabuleiro de xadrez. Ainda durante a faculdade de Direito na PUC, onde ingressou como bolsista da primeira turma do ProUni, ele buscou a independência financeira através do projeto “Arte Educação”. Atuando em bairros como Riviera, Vila Rosa e Finsocial. Ele ensinava xadrez para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Aquela primeira experiência de trabalho, que durou quase quatro anos, plantou a semente do serviço social e da educação, elementos que, mais tarde, dialogariam com sua visão sobre a função pública.

A transição para a carreira de Estado ocorreu em 2010, com a aprovação no concurso da Metrobus. No entanto, foi em outubro de 2011 que Gustavo encontrou sua verdadeira casa institucional. A convite da gestão da época, ele integrou o quadro da Agência Goiana de Regulação (AGR), inicialmente na ponta da lança: a fiscalização de transportes. Durante três anos, a rotina foi marcada por viagens constantes, conhecendo de perto a realidade do estado e as demandas dos usuários. Contudo, a inquietude intelectual de Gustavo o levou a buscar novos horizontes acadêmicos. O início da graduação em História motivou seu pedido para atuar internamente, marcando uma mudança de chave em sua carreira.

A partir de 2014, Gustavo passou a atuar na Gerência de Secretaria Geral, onde permaneceu até 2023. Foi um período de intensa qualificação. Além de concluir o curso de Direito e História, ele emendou uma sequência impressionante de especializações: Docência do Ensino Superior, Ética e Filosofia Política, História e Cultura Brasileira e uma pós-graduação em Filosofia Contemporânea. Esse arcabouço teórico robusto permitiu que ele navegasse com segurança por diferentes instâncias da Agência, incluindo uma passagem como membro da Câmara de Julgamento.

Hoje, como titular da Gerência de Apoio Administrativo, Gustavo aplica sua formação multidisciplinar para otimizar processos e gerir pessoas. Ele enxerga na estabilidade do serviço público uma ferramenta de liberdade e responsabilidade. “Eu gosto muito do serviço administrativo, do serviço público. Desde pequeno... meus pais não foram servidores, mas meu avô, sim. Eu via o quanto meu avô trabalhava. Sempre quis me tornar um servidor público. Tenho um pouco essa questão do trabalho para o senso comum, para o coletivo. Então me encontrei muito”, reflete o gestor.

Essa identificação com o propósito do Estado é o que o motiva a dedicar de oito a dez horas diárias à Agência. Para ele, a administração pública oferece o contraponto necessário à sua outra metade, aquela que vive fora das paredes da AGR.



A trilha sonora da existência

Se o trabalho é o solo firme, a música é a atmosfera que Gustavo respira. Pai de uma menina de 11 anos, ele encontra na arte a linguagem para traduzir o mundo. A influência veio de casa: o pai fã de MPB, a mãe roqueira e o avô acordeonista criaram o ambiente propício. Aos oito anos, ganhou um violão, mas a formalidade das aulas não o agradou. Tornou-se um autodidata voraz. Hoje, domina violão, guitarra, baixo, violino, teclado, piano e gaita.

Sua relação com a música transcende a execução instrumental; é uma conexão filosófica. Para Gustavo, a música possui uma capacidade única de atravessar a temporalidade e evocar sentimentos profundos sem depender de recursos visuais, algo que o cinema ou o teatro, por exemplo, exigem.

“A música consegue te trazer esse sentimento, boas lembranças, boas memórias, boas questões, sem você ter visto nada, só pelo sensorial da audição. Acho que é o que mais me atrai”, explica. “Você consegue ouvir uma música em francês, inglês, japonês ou coreano e se emocionar, se encantar sem saber o que estão falando, sem procurar a tradução”, diz.

Essa paixão se desdobra em diversos hobbies. Cinéfilo assumido, Gustavo mantém a tradição anual de assistir a todos os indicados ao Oscar. É também um entusiasta do universo geek, fascinado por trilhas sonoras épicas como as de Star Wars e Senhor dos Anéis.

Gustavo: “Eu não vivo da arte; é diferente, eu vivo pela arte. O serviço público me dá condições de manter um hobby”

Recentemente, ele canalizou esse conhecimento enciclopédico para um projeto pessoal: o canal “DJ Guga Kossa”, onde explora sua coleção de discos físicos e analisa álbuns através das décadas. O projeto reflete seu desejo de conectar pessoas através da música, não apenas como um DJ que toca na noite goiana, mas como um curador de memórias sonoras. Ele rejeita a pressão de viver financeiramente da música, preferindo a liberdade de criar sem as amarras do mercado, uma autonomia garantida justamente por sua carreira no serviço público.

“Eu não vivo da arte; é diferente, eu vivo pela arte. O serviço público me dá condições de manter um hobby, de ter recursos para comprar equipamentos (...) Ele acaba sendo um complemento do que eu quero fazer”, afirma. Gustavo projeta um futuro onde possa, quem sabe, escrever um livro sobre música e ser reconhecido por sua curadoria autoral. O auge, para ele, não é a fama, mas a confiança do público em seu repertório. Enquanto isso, ele segue harmonizando suas duas vocações. Na AGR, a partitura é a lei, a técnica e o compromisso com o cidadão. Fora dela, é a melodia livre, a pesquisa histórica e a batida que conecta gerações. Em ambas, a dedicação e o estudo são as notas fundamentais de uma trajetória que inspira pela integridade e pela paixão.

O exemplo de Gustavo Esteves Kossa nos lembra que o servidor público é, antes de tudo, um ser humano complexo, cujas paixões pessoais e bagagem cultural enriquecem a instituição. Quando o conhecimento técnico se alia à sensibilidade artística e à vocação para o coletivo, quem ganha é o serviço público, que se torna mais humano, criativo e sintonizado com a sociedade.

Por Michael Deus

AGR na Mídia

O presidente da AGR, Wagner Oliveira Gomes, foi entrevistado pelo jornalista Manuel Montenegro, no RegulaCast da Associação Brasileira de Agências Reguladoras (Abar), que foi ao ar em 14 de outubro. Na entrevista, ele falou dos resultados obtidos pela autarquia na sua gestão, como a autonomia econômico-financeira e a consolidação de importantes parcerias para a regulação compartilhada do saneamento em Goiás. O episódio pode ser acessado no canal da Abar Regulação no YouTube ou em áudio pelo Spotify.



O coordenador de Acompanhamento de Programas Institucionais da AGR, Hugo de Assis Furtado, participou do programa Conexões, da TV UFG, em uma entrevista dedicada à inclusão de pessoas com deficiência (PcDs) no mercado de trabalho brasileiro. Durante a conversa, conduzida pela jornalista Camila Maia, Hugo compartilhou suas experiências e reflexões sobre os desafios enfrentados por profissionais com deficiência, especialmente em relação ao acesso a cargos de liderança e às barreiras físicas e atitudinais ainda presentes nas instituições.



O gerente de Transporte em substituição, Pedro Quermes, concedeu, no dia 19 de novembro, entrevista ao jornalista Túlio Filho e ao cinegrafista Rodrigo Vieira, da TV Brasil Central, para falar da operação da AGR para orientar os passageiros sobre os riscos do transporte clandestino.



No dia 13 de dezembro, o ouvidor adjunto da AGR, Carlos Júlio dos Santos, esteve nos estúdios da Rádio Educadora FM, de Caldas Novas, onde foi entrevistado pelo radialista Cledir e pôde falar do trabalho que a AGR realiza durante os eventos sociais do Governo no município. Naquele sábado, uma equipe da AGR esteve no Goiás Social.



AGR conclui inventário patrimonial dentro do prazo

Processo estratégico para prestação de contas do Estado utilizou aplicativo móvel e nova plataforma Sigo para auditar bens móveis, imóveis e intangíveis

Foto: AGR



O presidente Wagner Oliveira Gomes com a equipe responsável pelo Inventário 2025

A Agência Goiana de Regulação (AGR) concluiu no prazo devido o seu Inventário Patrimonial 2025, um processo fundamental para o controle dos bens públicos. Em reunião de abertura dos trabalhos, o presidente da AGR, Wagner Oliveira Gomes, destacou a responsabilidade da auditoria: “Este é um trabalho fundamental, estratégico, que denota a atenção do Órgão para com o patrimônio público”. O presidente também elogiou o histórico de êxito da comissão, que tem cumprido os prazos sem ressalvas nos últimos anos.

A reunião de abertura foi conduzida pelo presidente Wagner Oliveira Gomes e pela presidente da comissão, Ádila Céli Correia Dias, com a participação do gerente de Apoio Administrativo, Gustavo Esteves Kos-

sa. Os trabalhos do inventário foram executados pela comissão de bens móveis, que é composta pelos servidores Ádila Céli Correia Dias (presidente), Luciana Dutra Martins, Dario Centution Larramendia, Gabriel Medeiros Rocha Rodovalho e Jacineide Peixoto Araújo.

Ádila Céli Correia Dias detalhou o processo. “O nosso inventário foi realizado nos meses de outubro e novembro, com finalização em dezembro. Nós fizemos o levantamento de todos os bens que a AGR possui: móveis, imóveis e também os intangíveis”. Segundo ela, o objetivo principal do inventário é verificar se os bens estão ociosos, sendo bem utilizados, se precisam ser trocados ou se estão gastos. Ao final, o valor total do patrimônio é reavaliado para compor a prestação de contas da agência.

Metodologia e Novidades

O inventário de bens móveis foi realizado presencialmente (“in loco”), utilizando o Sistema de Patrimônio Móvel (SPM) do Estado e o aplicativo SPM Móvel, que eliminou o uso de papel. A principal novidade deste trabalho em 2025 foi na auditoria de imóveis, como explicou Ádila: “A única alteração foi na parte de inventário de imóveis. Antes, nós fazíamos esse controle por planilhas, mas este ano tivemos o lançamento do sistema Sigo”. A nova plataforma do Governo de Goiás, desenvolvida pela Secretaria de Estado da Administração (Sead), lançada em 4 de novembro, e que esteve interligada diretamente com a contabilidade.

Foco em Intangíveis e Apoio da TI

A AGR também se destaca no inventário de bens intangíveis, que inclui sistemas internos e licenças de software, como as de Firewall, AutoCAD e WhatsApp Business. “A AGR é um dos poucos órgãos que já conseguem colocar os intangíveis como bens patrimoniados, o que é um avanço para o Estado”, destacou a presidente da comissão.

O prazo final para a entrega de todos os relatórios à Sead foi 19 de dezembro. O presidente da AGR agradeceu aos membros da comissão pelo empenho e pela dedicação e reforçou o suporte da gestão, demonstrando o apoio da Presidência durante todo o trabalho.

AGR celebra superávit histórico e revolução tecnológica

Encontro na Casa Bueno reuniu colaboradores para apresentar balanço recorde, com R\$ 60,3 milhões negociados no Refis e salto de 1,1 milhão de passageiros no transporte, em dia marcado pela confraternização e união da equipe



O espaço de eventos Casa Bueno, localizado na Avenida T-2, em Goiânia, foi palco do InterAção AGR 2025, realizado no dia 11 de dezembro. Mais do que uma apresentação de resultados, o encontro consolidou-se como um momento de celebração para os colaboradores da Agência Goiana de Regulação (AGR). Após um ano de trabalho intenso, a rotina deu lugar a conversas animadas, reencontros calorosos e muitas risadas.

A programação mesclou o rigor institucional com descontração. Entre a apresentação dos dados pela manhã e o encerramento festivo, os servidores desfrutaram de um coffee break e de um bufê completo, com entrada, prato principal e sobremesa, tudo embalado pela trilha sonora de um DJ que garantiu a animação do ambiente.

Saúde financeira e eficiência na gestão

A atmosfera leve do evento foi respaldada por números que demonstram a solidez da agência. O presidente da AGR, Wagner Oliveira Gomes, conduziu a apresentação destacando uma virada financeira histórica: a autarquia alcançou um superávit orçamentário de 174,45% de receitas acima das despesas, reduzindo drasticamente a dependência do Tesouro Estadual.

Um dos motores desse desempenho foi o sucesso do Programa de Recuperação Fiscal (Refis). A iniciativa negociou um valor total de R\$ 60,3 milhões em 886 acordos firmados, recuperando créditos essenciais para o Estado. Além disso, a modernização da gestão incluiu



Wagner Oliveira Gomes conduziu a apresentação dos resultados, destacando o esforço das diferentes áreas para consolidar uma gestão de excelência

a implementação de uma “régua de cobrança” automatizada, mitigando riscos de prescrição de receitas.

Conselho regulador e segurança jurídica

A instância máxima de decisão da agência, o Conselho Regulador, também apresentou números que demonstram produtividade recorde. Em 2025, o colegiado encerra o ano com mais de 1.421 processos julgados. Além do volume de julgamentos, houve um foco na atualização normativa. Foram editadas 33 resoluções normativas apenas em 2025, incluindo 5 resoluções conjuntas inéditas com agências municipais para a regulação do saneamento.

A conselheira Maria Sílvia de Lima Hatschbach recém-chegada à agência, elogiou a seriedade do trabalho técnico: “Participar do conselho para mim é muito interessante. Todos os autos de infração que nós julgamos, a gente analisa todas as etapas. Vejo o tanto que vocês são competentes, comprometidos, e isso é raro”.

Fiscalização: Inteligência e tolerância zero

Um dos grandes destaques da apresentação foi o fortalecimento da fiscalização, que ganhou novos contornos com o uso de inteligência e tecnologia. O presidente Wagner Oliveira Gomes ressaltou a eficiência das operações, que contaram como parcerias estratégicas com a Polícia Militar e a PRF.

Os números impressionam: o uso de inteligência fiscalizatória resultou em um aumento de mais de 2.300% nas remoções de veículos irregulares no primeiro ano de implementação da nova estratégia. No período de 2023 a 2025, foram realizadas mais de 19 mil abordagens, gerando 4.042 autos de infração e 410 remoções de clandestinos.

Modernização tecnológica

O salto tecnológico da AGR foi um dos pontos mais aplaudidos. A agência celebrou a digitalização de 100% de suas correspondências oficiais por meio do sistema e-Correspondência, que já processou quase 6 mil documentos desde 2024, garantindo agilidade e sustentabilidade.

Durante sua fala, o presidente Wagner utilizou um tom bem-humorado para ilustrar a renovação completa do parque tecnológico, que antes operava com máquinas obsoletas: “Quem tem computador de 12 anos de idade em casa? Ninguém tem. Nós tínhamos muitos, a maioria dos equipamentos eram de mais de 10 anos. Na AGR não existe isso mais, trocamos todos os equipamentos por novos, mais modernos e atualizados para as demandas atuais”.

Transporte e Ouvidoria Itinerante

Os resultados apresentados evidenciaram o impacto direto da regulação na vida do cidadão goiano. No transporte intermunicipal, a oferta de 250 novas linhas via chamamento público resultou em um crescimento expressivo: o sistema saltou de 4,2 milhões para 5,3 milhões de passageiros transportados entre 2023 e 2024.

A inclusão social também foi destaque, com mais de R\$ 7,5 milhões investidos para garantir a gratuidade de 162.354 bilhetes para idosos e pessoas com deficiência.

Já a AGR Móvel, braço itinerante da ouvidoria, percorreu 40.000 km e visitou 107 municípios no biênio 2024-2025, focando especialmente nas regiões Norte e Sudoeste. A iniciativa foi elogiada por inverter a lógica tradicional do serviço público: “A ouvidoria sai daquela sala de conforto, daquela ouvidoria reativa que só é acionada, e passa a procurar o cidadão. Quando a van da AGR Móvel viaja para algum município do interior, ali não é ouvidoria, é a AGR.” destacou o ouvidor setorial Francisco Vieira de Macedo.



InterAção propiciou a celebração de resultados e permitiu consolidar ideia de pertencimento

Saneamento e reconhecimento nacional

Na área de saneamento, a AGR reafirmou sua maturidade institucional ao liderar a regionalização do serviço em três microrregiões (Oeste, Centro e Leste). O modelo de regulação compartilhada com agências municipais tem se tornado referência no país, conforme destacou o diretor de Regulação e Fiscalização, Eduardo Henrique da Cunha.

Esse empenho em excelência rendeu frutos: em 2025, a agência conquistou três Selos Diamante (Ouvidoria, Ética e Transparência) e um Selo Ouro (Governança) no Programa de Compliance Público, além de atingir a nota 96,7 no Prêmio de Ouvidoria Pública.

O fator humano

O InterAção 2025 reforçou que os resultados são fruto das pessoas. A política de gestão de pessoas (MIC – Motivação, Integração e Capacitação) resultou em 993 capacitações concluídas em 2024, o dobro do ano anterior.

Emocionada, a conselheira Natália Maria Brisceño Spadoni reconduzida ao cargo resumiu o sentimento de pertencimento que permeou o evento: “A minha palavra aqui é gratidão, gratidão a cada um de vocês. Cada um de vocês aqui é um elo dessa engrenagem para poder levar a regulação adiante no estado de Goiás”.

Ao final, entre a descontração da festa e a celebração das metas superadas, ficou a mensagem de otimismo do presidente Wagner sobre a reforma da sede e o futuro da agência: “Isso vai passar e vai ser tudo melhor depois, lá na frente”.



InterAção





**AGÊNCIA GOIANA DE
REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
DE SERVIÇOS PÚBLICOS**